

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

Sarah Pereira Marcelino da Silva

**Entre *Historie* e *Geschichte*:** a escolha semântica e epistemológica de Leopold von Ranke  
(1795 – 1886) pelo conceito de história

Florianópolis

2022

Sarah Pereira Marcelino da Silva

**Entre *Historie* e *Geschichte*: a escolha semântica e epistemológica de Leopold von Ranke  
(1795 – 1886) pelo conceito de história**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em História.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Florentino Varella.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da  
Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Sarah Pereira Marcelino da  
Entre Historie e Geschichte : a escolha semântica e  
epistemológica de Leopold von Ranke (1795 - 1886) pelo  
conceito de história / Sarah Pereira Marcelino da Silva ;  
orientador, Flávia Florentino Varella, 2022.  
94 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,  
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Leopold von Ranke. 3. Conceito de  
história. 4. Historie. 5. Geschichte. I. Varella, Flávia  
Florentino . II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ATA DE DEFESA DE TCC**

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas, por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Flávia Florentino Varella, Orientadora e Presidente, pela Professora Viviane Venancio Moreira, Titular da Banca, e pelo Professor Rodrigo Bragio Bonaldo, Suplente, designados pela Portaria nº 11/2022/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Sarah Pereira Marcelino da Silva**, subordinado ao título: “**Entre *Historie* e *Geschichte*: a escolha semântica e epistemológica de Leopold von Ranke (1795 – 1886) pelo conceito de história**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora Flávia Florentino Varella, a nota final 10, da Professora Viviane Venancio Moreira, a nota final 10, e do Professor Rodrigo Bragio Bonaldo, a nota final 10; sendo aprovada com a nota final 10. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) candidato(a).

Florianópolis, 17 de março de 2022.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente  
Flavia Florentino Varella  
Data: 17/03/2022 15:40:57-0300  
CPF: 014.718.756-79  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Flávia Florentino Varella

Data: 24/03/2022  
CPF: 350.078.238-80

Prof.a Viviane Venancio Moreira



Documento assinado digitalmente  
Rodrigo Bragio Bonaldo  
Data: 18/03/2022 19:16:02-0300  
CPF: 006.985.030-58  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Prof. Rodrigo Bragio Bonaldo**



Documento assinado digitalmente  
Sarah Pereira Marcelino  
Data: 17/03/2022 16:03:18-0300  
CPF: 094.685.639-79  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Candidata Sarah Pereira Marcelino da Silva**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico (a) Sarah Pereira Marcelino da Silva, matrícula n.º 15201369, entregou a versão final de seu TCC cujo título é '*Entre Historie e Geschichte: a escolha semântica e epistemológica de Leopold von Ranke (1795 – 1886) pelo conceito de história*', com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 22 de março de 2022.



Documento assinado digitalmente

Flavia Florentino Varela

Data: 22/03/2022 21:53:32-0300

CPF: 014.718.756-79

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Orientador(a)

Ao meu amado Deus e pai, porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas (Romanos 11:36).

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de um longo processo, em que várias pessoas contribuíram para que ele se concretizasse. Por isso, gostaria de agradecer a todos que, de alguma maneira, se fizeram presentes nessa trajetória.

Aos meus queridos pais, Nilton da Silva Marcelino e Ana Luiza Pereira Marcelino, que desde cedo me ensinaram a importância da educação. À minha mãe, especialmente, por fazer tudo o que estava ao seu alcance para que eu pudesse ter acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade, e ao meu pai, por instigar o amor pela história. À vocês, serei eternamente grata e espero orgulhá-los com a minha vida.

Ao meu amado esposo, Jason Mauri da Silva, por ser o meu grande incentivador e suporte emocional nos últimos anos. Seu apoio foi essencial para que eu não desistisse quando faltava tão pouco para concluir a graduação.

Ao meu querido irmão, Israel Pereira Marcelino, por ser um referencial de estudos e de persistência, e à minha querida cunhada, Marília Oliveira Marcelino, pelas palavras de incentivo. Também à minha querida irmã, Rayssa Pereira Marcelino, por gerar em mim o desejo de ser uma pessoa melhor.

À Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pelo auxílio financeiro que contribuiu para a minha permanência na universidade.

À querida professora e orientadora Dr.<sup>a</sup> Flávia Florentino Varella, por ser sempre tão atenciosa comigo. Suas contribuições foram enriquecedoras e me incentivaram a não desistir da Teoria da História e da História da Historiografia.

Ao querido professor Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo, por suas aulas magníficas e por despertar em mim a curiosidade sobre Leopold von Ranke.

Ao professor Dr. Sérgio Ricardo da Mata, por suas orientações quanto à realização deste trabalho, assim como por disponibilizar as fontes utilizadas.

À professora titular da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Dr.<sup>a</sup> Renata Palandri Sigolo, pelas orientações para a execução do trabalho e pelas palavras de encorajamento.



E para finalizar, às queridas amigas Danielly Campos Dias, Paloma Natalia Riquetta Nervi, Geruza Silva e Maria Eduarda Flores, pelas muitas conversas e pelo companheirismo no decorrer da graduação.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo central discutir a escolha semântica e epistemológica do historiador alemão Leopold von Ranke (1795 – 1886) pelo conceito de história. Partindo da perspectiva do historiador Reinhart Koselleck (1923 – 2006) de que a natureza dos conceitos é indicar uma profundidade maior do que simplesmente a interpretação usual dada a determinada expressão lexical, o estudo busca analisar o número de menções aos dois termos utilizados para designar a história no idioma alemão, *Historie* e *Geschichte*, nas principais obras redigidas e publicadas por Leopold von Ranke entre 1824 e 1879, procurando descobrir se houve uma preferência do historiador por determinado conceito de história. Para além da análise ao número de menções aos dois termos nas obras do intelectual, a pesquisa também discute alguns fragmentos do seu primeiro livro, o manuscrito *O conceito de História Universal* e a abertura das conferências *Sobre as Épocas da História*, fundamentais para a compreensão da sua perspectiva histórico-universal, com o propósito de discutir as implicações teórico-metodológicas da preferência semântica de Ranke na formulação do seu conceito de história. Em essência, o estudo busca descrever como a utilização de ambos os conceitos pelo historiador alemão não foi desproposita e indicava a sua própria interpretação acerca do conhecimento histórico.

**Palavras-chave:** Leopold von Ranke. Conceito de história. *Historie*. *Geschichte*.

## ABSTRACT

The main objective of this term paper is to discuss the semantic and epistemological choice of the German historian Leopold von Ranke (1795 – 1886) for the concept of history. Reinhart Koselleck's (1923 – 2006) approach of concepts indicate a depth interpretation of lexical expressions, thereby, this study seeks to analyze the number of the two terms used to designate the history in German language, *Historie* and *Geschichte*, in the main works written and published by Leopold von Ranke between 1824 and 1879, trying to find out if there was a preference of the historian for a certain concept of history. In addition to analyzing the number of mentions of the two terms in Ranke's intellectual works, the research also discusses some fragments of his first book, the manuscript *O conceito de História Universal* and the opening of the conferences *Sobre as Épocas da História*, basilar for the understanding of his historical-universal perspective, with the purpose of discussing the theoretical-methodological implications of Ranke's semantic choice in the formulation of his concept of history. In essence, the study seeks to describe how the use of both concepts by the German historian indicated his own theoretical perspective of historical knowledge.

**Keywords:** Leopold von Ranke. Concept of history. *Historie*. *Geschichte*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura I – Menções aos termos <i>Historie</i> e <i>Geschichte</i> no acervo do Google Books Ngram Viewer em língua alemã, publicados entre 1700 e 1850.....	42
Figura II – Menções aos termos <i>Historie</i> e <i>Geschichte</i> (singular) nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879.....	57
Figura III – Menções aos termos <i>Historien</i> e <i>Geschichten</i> (plural) nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879.....	58
Figura IV – Número total de menções aos termos <i>Historie</i> , <i>Historien</i> , <i>Geschichte</i> e <i>Geschichten</i> nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879.....	58
Figura V – Número total de menções aos termos <i>Historie</i> , <i>Historien</i> , <i>Geschichte</i> e <i>Geschichten</i> nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879, agrupadas por décadas.....	59
Figura VI – Médias e medianas da utilização dos termos <i>Historie</i> , <i>Historien</i> , <i>Geschichte</i> e <i>Geschichten</i> nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879.....	60
Figura VII – Menções aos termos <i>Historie</i> , <i>Historien</i> , <i>Geschichte</i> e <i>Geschichten</i> no primeiro livro de Leopold von Ranke, <i>Geschichten der romanischen und germanischen Völker</i> , de 1824.....	61
Figura VIII – Menções aos termos <i>Historie</i> e <i>Geschichte</i> no manuscrito <i>Idee der Universalhistorie</i> (O conceito de História Universal), de 1831.....	63

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro I – Obras seleccionadas de Leopold von Ranke.....	53
--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA</b>	<b>22</b>
2.1 DA ANTIGUIDADE À MODERNIDADE	22
2.2 A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA	29
2.3 O PROCESSO DE MUDANÇA SEMÂNTICA NO ESPAÇO DA LÍNGUA ALEMÃ	40
<b>3 HISTORIE E GESCHICHTE: A UTILIZAÇÃO DOS TERMOS POR LEOPOLD VON RANKE E A FORMULAÇÃO DO SEU CONCEITO DE HISTÓRIA</b>	<b>51</b>
<b>4 A CENTRALIDADE DOS CONCEITOS DE HISTÓRIA UNIVERSAL E PROGRESSO PARA O ENTENDIMENTO DO CONCEITO DE HISTÓRIA DE LEOPOLD VON RANKE</b>	<b>68</b>
4.1 O ENTRELACAMENTO ENTRE HISTÓRIA UNIVERSAL E GESCHICHTE	69
4.1.1 O elemento divino	76
4.2 A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE PROGRESSO PARA RANKE	83
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>93</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Até meados do século XVIII, *Historie* era a palavra utilizada para designar história na língua alemã. Ela descrevia os relatos de acontecimentos individuais, não unindo a história com a sua tradição e seu método (GÜNTHER, 2013, p. 110). A palavra história, no singular, carregava o significado plural de histórias, isto é, era utilizada para descrever narrativas particulares e que tinham a função de determinar exemplos a serem seguidos. Koselleck afirma que a mudança do conceito de história se tornará completa, no espaço da língua alemã, por volta de 1750, com a substituição do conceito por *Geschichte*, que dava a ideia de um “singular coletivo”, uma “história em si” (KOSELLECK, 2006, p. 48). Desta forma, a história passaria a ser o seu próprio objeto, cedendo lugar a uma narrativa que descreve uma sequência de eventos unificados, dando luz a um “todo”. No entanto, a observação de que, mesmo após esse período, Leopold von Ranke persistiu na utilização de ambos os conceitos não é nova na historiografia. Nesse sentido, Julio Benvogli afirma que, em muitas obras de Ranke, é possível observar uma certa hesitação do historiador na utilização do termo *Historie* em lugar de *Geschichte* (BENTIVOGLIO, 2010, p. 28). Em contrapartida, André de Melo Araújo afirma que, em sua última grande obra, a *Weltgeschichte* (História Universal), Ranke se fazia consciente da intersecção semântica dos termos *Historie* e *Geschichte* (ARAÚJO, 2013, p. 85). Entretanto, Sérgio da Mata, especialmente, sustenta que, mesmo após oitenta anos do processo de mudança semântica do conceito de história, o historiador alemão Leopold von Ranke continuou “[...] a dar preferência ao primeiro conceito para designar tanto a disciplina quanto seu objeto” (MATA, 2015, p. 196). Nesse sentido, o presente trabalho pretende investigar a escolha semântica e epistemológica de Leopold von Ranke pelo conceito de história, a fim de que se possa compreender como o historiador alemão se colocou no que pese à tendência da substituição da *Historie* pela *Geschichte* no espaço da língua alemã em meados dos séculos XVIII e XIX, e quais as implicações teórico-metodológicas da escolha semântica de Ranke na formulação do seu conceito de história. Mas afinal, quem foi Leopold von Ranke e qual a importância da percepção histórica do autor para a historiografia alemã?

Franz Leopold Ranke (nome de batismo) foi um historiador alemão nascido em uma família composta quase que exclusivamente por pastores Luteranos (com exceção de seu pai, que se tornou jurista), no vilarejo de Wiehe, território anteriormente pertencente à Prússia, no

ano de 1795. Como era comum às famílias ilustradas, desde muito cedo, o jovem Ranke teve contato com as letras em sua casa e no âmbito da sua igreja local (ARAÚJO, 2013, p. 74). O próprio pai de Ranke fazia questão de que seus filhos estudassem línguas estrangeiras clássicas e modernas, o que, de acordo com Sérgio da Mata, contribuiu para que Ranke se interessasse pelos estudos filológicos (MATA, 2015, p. 189).

Com cerca de 11 anos, Ranke entrou na escola do mosteiro de Donndorf, onde se dedicou à leitura dos livros históricos do Antigo Testamento e à tradução do grego (ARAÚJO, 2013, p. 74). Ao completar 14 anos de idade, transferiu-se para a escola secundária de Pforta, uma instituição com currículo baseado nos ideais educacionais de Philipp Melanchthon (1497 – 1560) e que tinha por objetivo preparar os jovens para uma estrutura social provida por Deus e embasada na razão humana (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 56). Em Pforta, Ranke aprofundou seus estudos das línguas clássicas e recebeu fundamentos religiosos, humanísticos e filológicos, permanecendo na escola por cerca de cinco anos. Nesse período, foi incentivado à leitura dos clássicos gregos e latinos, especialmente as tragédias, e habituou-se às obras de Sófocles, Ovídio, Virgílio e Homero. Além disso, uma vez que possuía uma formação profundamente religiosa, Ranke via na Teologia "[...] a maior de todas as ciências" (MATA, 2015, p. 189).

Em 1814, então com 19 anos de idade, Ranke dá prosseguimento ao seu interesse pelas letras ao ingressar na Universidade de Leipzig para cursar Teologia e Filologia Clássica (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 56). Em Leipzig, os novos alunos recebiam a recomendação de assistir a preleções introdutórias sobre história, uma vez que desde o século XVIII, os cursos de história geral ou universal eram vistos, no contexto universitário alemão, como algo desejável à cultura letrada (ARAÚJO, 2013, p. 75). Na universidade, então, Ranke conhece o filólogo Gottfried Hermann (1772 – 1848), professor de gramática grega que vai ser seu principal mentor em crítica e interpretação textuais (ARAÚJO, 2013, p. 75). Além disso, é sob a tutela de Hermann que Ranke entra em contato com as obras de Píndaro e Tucídides, reconhecendo neste último a busca constante pela imparcialidade, aspecto que se debruçará com afinco em seus escritos de maturidade (ARAÚJO, 2013, p. 75). Ademais, durante o período em que permaneceu na universidade, Ranke sentiu-se ainda mais atraído pela história (especialmente eclesiástica) e, em meados de 1817, no jubileu dos trezentos anos da Reforma, produziu um ensaio histórico sobre Martinho Lutero (1483 – 1546), intitulado *Lutherfragment*, que, de acordo com Sérgio da Mata, constituiria uma espécie de embrião da



*Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation* (História da Alemanha na época da Reforma), uma grande obra composta por seis volumes e publicada entre 1839 e 1847 (MATA, 2015, p. 190).

Após concluir seus estudos em Leipzig em 1817, Ranke seguiu para a cidade de Frankfurt an der Oder a fim de lecionar grego, latim, alemão e história no ginásio do *Fridericianum*. Naquela época, essas disciplinas eram vistas como a base da formação moral da cultura letrada alemã (ARAÚJO, 2013, p. 75-76). É nesse período, então, que Ranke se dedica ao estudo da história e, no espaço de quatro anos, publica seu primeiro livro intitulado *Geschichten der romanischen und germanischen Völker: von 1494 bis 1514* (Histórias dos povos latinos e germânicos), resultado de estudos acerca da história política europeia em torno dos anos de 1494 e 1514. Na obra, Ranke inaugurou seu método crítico de pesquisa baseado em fontes documentais (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 50). Em seguida, Ranke publicou o volume complementar da obra, *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber* (Para a crítica dos historiadores modernos), também publicado em 1824 (ARAÚJO, 2013, p. 76). De acordo com Araújo, uma vez que Ranke sabia que o propósito de um historiador dependeria de seu ponto de vista, em sua primeira obra ele trabalha com a perspectiva de que os povos latinos e germânicos "aparecem" como uma unidade; unidade esta não dada pelo cristianismo ou pelos limites territoriais, mas sim pelo sistema estabelecido entre os Estados, "[...] segundo o qual os mais diversos povos se encontram em *conexão* com os povos latinos e germânicos" (ARAÚJO, 2013, p. 77).

No decorrer das duas primeiras décadas do século XIX, várias universidades alemãs foram fechadas devido à dissolução do Sacro Império Romano Germânico e em função da reestruturação administrativa imposta aos governos dominados após as invasões francesas (ARAÚJO, 2013, p. 78-79). Em contrapartida, o governo prussiano precisava de uma resposta rápida às perdas simbólicas e econômicas sofridas e decidiu pela fundação de uma nova universidade em Berlim. Num momento de fundação e reforma do ensino, a política educacional prussiana também tinha como elemento determinante a influência do Estado no processo de contratação de novos professores, e é nesse contexto que Leopold von Ranke entra em contato com o governo da Prússia. No final do ano de 1824, então, Ranke envia uma carta ao governo junto a uma cópia impressa do seu primeiro livro e, devido à boa repercussão de sua obra, é convidado a lecionar história na recém-fundada Universidade de Berlim (ARAÚJO, 2013, p. 79). Nesse período, o ambiente da instituição era marcado por uma

profunda divisão entre os adeptos da Escola Filosófica, centrada na figura de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831), e os partidários da Escola Histórica, com base em posicionamentos de juristas como Friedrich Carl von Savigny (1779 – 1861) e Karl Friedrich Eichhorn (1781 – 1854), e do teólogo Friedrich Schleiermacher (1768 – 1834). Cerca de um ano depois, em abril de 1825, Ranke, que já estava familiarizado com a perspectiva histórica, assume o posto de professor extraordinário de história na Universidade de Berlim (ARAÚJO, 2013, p. 79), colocando-se de maneira contrária à história filosófica hegeliana em favor do papel das individualidades na história (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 50).

Menos de dez anos após iniciar suas preleções sobre história na Universidade de Berlim, Ranke obtém o título de professor *ordinarius*, o que contribuiu para a estabilização de suas finanças pessoais e para o financiamento de sua pesquisa, ao mesmo tempo em que a história passara a ser reconhecida institucionalmente enquanto campo disciplinar autônomo. Nessa mesma época, Ranke reúne alguns de seus principais estudantes, entre eles Jacob Burckhardt (1818 – 1897) e Heinrich von Sybel (1817 – 1895), para um seminário de estudos históricos (*historische Übungen*) onde procurava estimular o debate acerca dos problemas de crítica e interpretação de fontes primárias (ARAÚJO, 2013, p. 81).

O interesse de Ranke pelas fontes documentais e suas boas relações políticas desenvolvidas em Berlim levaram o historiador a realizar uma viagem de cerca de quatro anos para pesquisas em arquivos internacionais. As obras *Die serbische Revolution* (A revolução sérvia – publicado em 1829), *Über die Verschwörung gegen Venedig, im Jahre 1618* (Sobre a conspiração contra Veneza, em 1618 – publicado em 1831) e *Die römischen Päpste in den letzten vier Jahrhunderten* (A história dos papas nos últimos quatro séculos – publicado entre 1834 e 1836), por exemplo, foram frutos de sua estadia na Áustria e na Itália (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 51).

Retornando à Berlim, Ranke passa a se engajar politicamente em favor dos interesses monárquicos austro-prussianos que, naquela época, baseavam-se na manutenção de políticas autoritárias e anti-liberais (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 51). Seus posicionamentos ficariam mais evidentes no periódico *Historisch-politische Zeitschrift* (Revista Histórico-Política), editado por Ranke entre 1832 e 1836. Na revista, o historiador se oporia à transferência de ideias e instituições estrangeiras aos territórios germânicos, especialmente aos pertencentes ao movimento liberal derivado da Revolução Francesa (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 51). Face à sua proximidade com a elite dirigente local, em 1841 o

monarca Frederico Guilherme IV nomeou Ranke como o historiógrafo oficial do Reino da Prússia. Em seguida, sete anos mais tarde, Ranke foi designado conselheiro real e, em 1854, foi nomeado como membro do Conselho de Estado Prussiano, recebendo também o título de *barão* (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 52).

Em 1871, já com 76 anos de idade, após problemas de saúde, Ranke afastou-se em definitivo da atividade docente e passou a se dedicar exclusivamente aos seus projetos de pesquisa e, em especial, à tão desejada *Weltgeschichte*. Sobre esta última obra, Ranke publicou os seis primeiros volumes entre 1881 e 1885. Em 23 de maio de 1886, então com 91 anos de idade, Leopold von Ranke veio a falecer, em Berlim, na Alemanha. Os volumes sete, oito e nove da *Weltgeschichte* foram publicados postumamente por seus discípulos Alfred Dove e Georg Winter entre 1886 e 1888.

Como observamos até aqui, Leopold von Ranke foi um intelectual alemão notável, considerado por muitos como um dos mais importantes historiadores do século XIX. Autor de uma vasta obra, ocupa a posição simbólica de fundador da Escola Histórica Alemã (BARROS, 2013, p. 978), sobretudo por romper com a historiografia setecentista caracterizada pela erudição e pela abordagem filosófica (AROSTÉGUI, 2006, p. 100). Além disso, seu método crítico de pesquisa baseado em fontes documentais e suas concepções sobre ciência e história contribuíram para a constituição da própria história como área do conhecimento, o que chancela a importância de revisitar suas obras e fazer reflexões sobre seu modelo historiográfico.

Chama a atenção, portanto, a asserção de que um historiador em nada periférico como Ranke supostamente não tenha realizado a passagem semântica da palavra *Historie* para *Geschichte* colocada por Koselleck como consolidada em 1750, bem antes da composição dos livros de Ranke.

Este trabalho, portanto, analisa as ocorrências das palavras utilizadas para descrever história nas obras de Leopold von Ranke, bem como relaciona os usos da *Historie* e da *Geschichte* à própria percepção histórica do autor, a fim de que se possa estabelecer as implicações epistemológicas da adoção ao moderno conceito de história que compreendia a história enquanto uma narrativa, uma construção.

Com este fim, o primeiro capítulo deste trabalho almeja traçar, brevemente, a trajetória do conceito de história da Antiguidade à Modernidade, delinear a sua transformação

ao longo do tempo e descrever como se deu o processo de mudança semântica do conceito no espaço da língua alemã.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta o número de menções aos termos *Historie* e *Geschichte*, assim como às suas formas plurais, *Historien* e *Geschichten*, nas principais obras publicadas em vida por Leopold von Ranke, partindo desde 1824, ano de publicação do seu primeiro livro *Geschichten der romanischen und germanischen Völker: von 1494 bis 1514* (Histórias dos povos latinos e germânicos, de 1491 a 1514), até 1879, ano da publicação dos últimos volumes de seu penúltimo trabalho chamado de *Zwölf Bücher preußischer Geschichte* (Doze livros da história prussiana). Não são contempladas, porém, as ocorrências dos termos supracitados na última grande obra de Ranke, a *Weltgeschichte* (História Universal), porquanto as versões digitalizadas dos seus nove volumes disponíveis em repositórios digitais não permitem a utilização de comandos de buscas por palavras. Além disso, o capítulo destaca como Leopold von Ranke corrobora a asserção de Reinhart Koselleck sobre o deslocamento lexical do conceito de história na língua alemã a partir de 1750 para o termo *Geschichte*, embora não tenha abandonado completamente a utilização da *Historie*, e mostra numericamente como o próprio Ranke utilizou mais o moderno conceito de história em suas principais obras.

Finalmente, o terceiro e último capítulo do trabalho destaca como a escolha semântica de Leopold von Ranke por um dos dois conceitos existentes no idioma alemão para designar a história, *Historie* e *Geschichte*, não foi despropositada e revela não apenas a sua interpretação histórica, como contribuiu para a própria constituição do seu conceito de história universal, de progresso na história e seu trabalho enquanto historiador. Nesse sentido, é mostrado como, no decorrer de sua produção historiográfica, as menções de Ranke ao termo *Geschichte* foram mais numerosas porque ao termo confluíam os significados de acontecimento e representação, estando sempre relacionadas a algo maior, à totalidade da história de um povo, época, evento ou fenômeno, assim como à existência de um nexo causal entre os acontecimentos históricos. Em contrapartida, argumenta-se que as ressalvas do historiador alemão sobre a constituição do moderno conceito de história, sobretudo o rompimento da *Geschichte* com o elemento divino e sua noção de progresso, podem ter levado Ranke a preferir utilizar da *Historie* em determinados contextos, especialmente para se referir à disciplina e ao seu objeto em narrativas menores, à épocas em que a história possuía um caráter exemplar e à capacidade de recriação da história. Além disso, também destaca

brevemente a importância do elemento divino na constituição do pensamento histórico de Leopold von Ranke, uma vez que o intelectual alemão se orientava pela crença no significado religioso da história humana.

Portanto, este trabalho defende que Leopold von Ranke corrobora a hipótese de Reinhart Koselleck de que, após a segunda metade do século XVIII, existe um acentuado deslocamento lexical do termo *Historie* para o termo *Geschichte* no espaço da língua alemã, assim como aponta elementos que refutam a asserção de que o historiador alemão adotou o moderno conceito de história de maneira relutante.

## 2 A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA

### 2.1 DA ANTIGUIDADE À MODERNIDADE

No que se refere à interpretação do conceito de história, sabemos que ao longo do tempo, o termo mudou de significado a depender da época, dos agentes envolvidos, e/ou da motivação pretendida. Se hoje, a história implica, como afirma Albuquerque Júnior, no aprendizado da alteridade, da possibilidade da existência de outras formas de sermos humanos e da tolerância para com o diferente, além de auxiliar na formação de cidadãos aptos para a convivência pública (2012, p. 32-34), nem sempre ela foi assim interpretada. O livro *O Conceito de História*, escrito por Christian Meier, Horst Günther, Odilo Engels e Reinhart Koselleck<sup>1</sup>, por exemplo, descreve a trajetória do conceito de história desde a Antiguidade, quando o termo versava, sobretudo, à história de acontecimentos políticos-militares (MEIER, 2013, p. 49), até a chamada Idade Moderna, quando o conceito adquiriu a noção de “coletivo-singular”, ou seja, quando a história deixou de ser usada para designar narrativas particulares, para compreender uma sequência unificada de eventos e se tornar um conceito central de acontecimentos e de processos político-sociais. Nesse sentido, vale ressaltar que o desenvolvimento do moderno conceito de história teve grande destaque no espaço da língua alemã em meados do século XVIII, ao se consolidar a alteração semântica do termo. Dessa forma, neste capítulo discutiremos a transformação do conceito de história no interior da língua alemã a fim de que, posteriormente, possamos discorrer sobre a utilização dos conceitos *Historie* e *Geschichte* por Leopold von Ranke.

De acordo com Reinhart Koselleck, o fato de que o conceito de história se refira à “própria História” e não à história de algo, é uma formulação da Era Moderna, e reflete o reconhecimento do caráter processual do período, resultado do Iluminismo. Anterior a essa percepção, o conceito histórico carregava uma multiplicidade de histórias que, geralmente,

---

<sup>1</sup> O livro *O conceito de história* (2013) resulta da tradução do verbete em alemão *Geschichte, Historie*, segundo dos oito volumes da obra *Conceitos históricos fundamentais: léxico histórico da linguagem político-social na Alemanha (Geschichtliche Grundbegriffe, em alemão)*, editada entre 1972 e 1997 pelos historiadores Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck. O livro é dividido em quatro grandes seções e busca mostrar ao leitor as transformações sofridas pelo conceito de história, da Antiguidade à Modernidade, são elas: Antiguidade (Christian Meier), Compreensão do conceito na Idade Média (Odilo Engels), Pensamento histórico no início da Idade Moderna (Horst Günther), A configuração do moderno conceito de história e, “História” como conceito mestre moderno (Reinhart Koselleck).

possuíam muitas similaridades e até mesmo se repetiam (KOSELLECK, 2013, p. 38-39). Porém, para que possamos compreender as experiências que o novo conceito de história abarcou ao final da Era Moderna, precisamos voltar e analisar a trajetória que o termo precisou percorrer.

A partir do século V a.C., têm-se registro de alguns termos que foram utilizados para designar aquilo que mais tarde se conheceria por história. Em Heródoto (485 a.C. – 425 a.C.), a palavra *ἱστορία* (história) possuía um caráter neutro em relação ao conteúdo e era utilizada para designar fatos do passado que fossem empiricamente pesquisáveis ou que pudessem ser obtidos somente através de testemunhas (MEIER, 2013, p. 41-42). Porém, no que se refere ao entrelaçamento histórico de múltiplos acontecimentos, ações e ocorrências que desembocariam na *Historie*, o próprio Heródoto não possuía um termo específico. De acordo com Meier, na verdade, quando Heródoto se dispôs a tratar das causas da guerra entre gregos e persas, a palavra que utilizou para designar o transcurso dos acontecimentos foi *λόγος* (discurso), algo próximo de representação em prosa (MEIER, 2013, p. 43). Em Tucídides (460 a.C. – 400 a.C.), por sua vez, ao fazer a descrição da guerra entre atenienses e peloponésios, a palavra *ἱστορία* não apareceu nenhuma vez, mostrando como o historiador provavelmente não tinha consciência da história e, conseqüentemente, da escrita da história, mesmo que em seu texto figurassem acontecimentos político-militares de forma mais clara que em Heródoto (MEIER, 2013, p. 43). O fato é que, independente do termo, por conta do grau de interesse da Antiguidade grega em experiências e ações políticas, várias palavras foram utilizadas para descrever as ações em contextos relativos a eventos. Porém, também de acordo com Meier, é somente na *Poética* de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) que se vai observar pela primeira vez a palavra *ἱστορία* trazendo consigo o significado de algo que aconteceu no passado, sendo utilizada para designar algo que aconteceu com alguém em determinado momento, isto é, denotando a unidade de um tempo e não de uma ação (MEIER, 2013, p. 45). Sendo assim, o objeto da *Historie* em Aristóteles seria o transcurso de acontecimentos político-militares, não assumindo o sentido de história enquanto acontecimento, propriamente dita, como se perceberia, posteriormente, em Políbio (203 a.C. – 120 a.C.), podendo-se observar a utilização da palavra *πρᾶγμα* na descrição de ações, procedimentos, acontecidos, “complexo de eventos” e, finalmente, história (MEIER, 2013, p. 44). Ou seja, é em Políbio que a palavra *ἱστορία* (o equivalente a *historia* em latim) vai assumir o significado de “História” pela primeira vez ao se constituir dentro do contexto

literário, uma vez que a palavra utilizada para designar a unidade literária era *Historie*. A partir desse momento, então, a *historia* nascia da própria *Historie*, e transformava-se em um conceito que agregava tudo o que pertencia à literatura histórica, ou seja, tudo o que era transmitido pela tradição e todo o conjunto dos acontecimentos. Como se pode perceber, ainda era um pouco difícil diferenciar as duas palavras (*historia e Historie*), até porque uma estava contida na outra e também pelo fato de que, muitas vezes, elas foram utilizadas sem qualquer definição; no máximo, quando se tratava de obras históricas individuais, utilizava-se o plural *Historien* (MEIER, 2013, p. 46-47). Ou seja, até então, pode-se dizer que a história já estava presente nas narrativas da Antiguidade grega, porém, sem apresentar uma unidade ou um sentido dominante; apenas se pode dizer que a *historia* possuía uma grande pretensão literária e que, quanto ao conteúdo, ela ficou restrita à acontecimentos político-militares nas quais se formulariam modelos didáticos para a ação política.

A historiografia romana, por sua vez, preocupou-se em legitimar a expansão, as reivindicações e os sucessos do império, exerceu a função de transmitir os ensinamentos dos pais, forneceu exemplos de poder e superioridade dos militares e a sabedoria dos homens de Estado, concentrando-se em interesses específicos de acontecimentos político-militares, religiosos e morais (MEIER, 2013, p. 56-57). Já num período anterior, por volta do século II a.C., uma concepção um pouco diferente de história chega à Roma. A chamada “doutrina dos quatro reinos”, de origem persa e judaica e que se tornou muito conhecida pelo livro de Daniel, traz especulações sobre o declínio do quarto reino e que geralmente é atribuído a Roma. Em um momento onde os sinais da decadência do império tornavam-se cada vez mais visíveis e, ao mesmo tempo, ainda defendia-se a eternidade do domínio de Roma, essa concepção baseava-se na ideia de que a história se consumaria no império romano. Essa noção de história ganhou força entre os cristãos que, no embate com pagãos sobre a finitude da história, para Meier, configurou-se em um modelo de história providencial. Essa nova categoria denominada de História eclesiástica tentava sincronizar a história bíblica e a história pagã, concebendo os cristãos como um povo próprio, dotado de uma *Historie* própria. Assim, a concepção cristã de história entendia que Deus guiava a história terrena, rendendo a Ele todos os sucessos do império romano e desenvolvendo certa fé no progresso a partir da expansão do cristianismo; concepção que ganhou ainda mais força após a cristianização do império com Constantino (272 – 337) (MEIER, 2013, p. 58-60). Em suma, o que se pode observar na *Historie* romana é o resultado de concepções cristãs e pagãs de história, e que



trouxeram de novidade a noção de finitude da história, a possibilidade de progresso terreno e a compreensão de que a história seria guiada por Deus.

Já a partir da Idade Média e até meados do século XI, o conceito de história representava uma espécie de verdade, um conhecimento seguro que, geralmente, registrava o que o próprio escritor havia vivenciado. Porém, foi a partir de Isidoro de Sevilha (cerca de 560 d.C. a 633 d.C.) que esse caráter “seguro” da história passou a se perder. Em sua *Enciclopédia*, o arcebispo integrava a palavra *historia*, enquanto a forma de conhecer tudo o que era passado, à palavra *annales*, que designava acontecimentos externos não vivenciados. Para Engels, essa distinção se desfaz porque, durante a Idade Média, o relato figurava como uma das principais características da *historia* e era o principal responsável pela transmissão de valores pedagógicos (ENGELS, 2013, p. 63-64). A *historia*, então, era o conhecimento seguro de acontecimentos históricos ou o seu testemunho, o evento histórico individual ou a soma de ambos. Antes do século XI, a diferenciação entre *historia* e *annales* era bastante acentuada. Pensadores como Cícero (106 a.C. a 43 a.C.) e Quintiliano (35 d.C. a 95 d.C.) caracterizaram os *annales* como uma forma mais simples de representação, por geralmente se tratarem de sequências de datas e nomes. Já Cassiodoro (490 a.C. – 581 a.C.), enxergava as crônicas enquanto um gênero pertencente aos *annales*. A questão é que, mesmo após Sevilha, essas distinções não irão sumir completamente. No século XIII, por exemplo, Gervásio da Cantuária (1141 – 1210) descreveria esse movimento como um fenômeno de decadência, que tenderia a eliminar uma das duas formas de representação (ENGELS, 2013, p. 70-71).

É a partir do final do século XI, então, que a escrita de crônicas mundiais mais elaboradas passou a ser retomada por conta da leitura de autores antigos, da vivência de novas experiências e, principalmente, pela descoberta de novos temas e objetos de interesse dos historiadores como, por exemplo, as cruzadas, as famílias nobres, os territórios reais, e etc. Porém, o número de classificações para a história não aumentou, do contrário, ainda era muito comum a utilização de listas e registros anuais de vários tipos, e que remetiam à *historia* da Antiguidade. De acordo com Engels, assim como no século VII, por volta do século XII a *historia* passou a evocar um alto grau de veracidade e se distanciou da fábula, do argumento e da poesia (ENGELS, 2013, p. 77). Dentro das universidades, no antigo *Trivium*<sup>2</sup>, a *historia*

---

<sup>2</sup> O *Trivium* constituía a base do currículo dos cursos introdutórios das faculdades de artes nas universidades medievais e era formado por três disciplinas: gramática, dialética e retórica. Junto com o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), formavam o conjunto das sete artes liberais. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1990, p. 271)

funcionava como um campo auxiliar da gramática e da retórica, no sentido de representar um material literário do passado, não se configurando em uma forma de conhecimento e não ultrapassando o papel exemplar (ENGELS, 2013, p. 80). Em Agostinho de Hipona (354 – 430), por exemplo, a posição da *Historie* sofre certa alteração. O bispo distinguia duas instituições entre a doutrina dos pagãos: as que decorriam da prática humana que, embora úteis, são dispensáveis; e as que são instituídas pelo Criador em favor do homem e, portanto, são imutáveis. Nesse sentido, embora os acontecimentos históricos sejam determinados pelas ações humanas, eles ocorrem dentro de uma ordem fundada e administrada por Deus, fazendo com que a *historia* passasse a pertencer aos dois âmbitos. Assim, na rede do saber da Idade Média, a história vai se tornar útil tanto para os acontecimentos gerais, como vai desempenhar um papel importantíssimo no pensamento teológico, no sentido em que possuía um caráter transcendental e tornava-se útil para a pedagogia da salvação (ENGELS, 2013, p. 81). Pode-se dizer então que, a partir do século XII, a *Historie* resultava da união entre história geral e história bíblica, onde “[...] toda a História deveria ser vista como uma obra salvífica de Deus, também a Sagrada Escritura podia ser entendida como um livro histórico igual a qualquer outro [...]” (ENGELS, 2013, p. 82). Tal como na Antiguidade, então, a *historia* cumpria o papel de fornecer bons exemplos de conduta, devendo também servir como justificativa para o presente e auxiliar a corrigi-lo. A diferença estava no fato de que, a partir de então, passava-se a reconhecer os atos divinos nos acontecimentos históricos; uma perspectiva que, para Engels, relacionada ao pensamento agostiniano, permitia a crença de que os acontecimentos históricos caminhavam para uma unidade e dava os primeiros passos para a História Universal (ENGELS, 2013, p. 83).

Para Horst Günther, no início da Idade Moderna, embora se tenha acesso a um grande número de resumos gerais sobre história que foram escritos para entretenimento ou para fins didáticos, o que pode ser considerado representativo para o trabalho histórico não é tão expressivo assim (GÜNTHER, 2013, p. 87). Isso porque a historiografia antiga era considerada como insuperável e, por isso, poucas variações dos pressupostos históricos presentes em dicionários e enciclopédias da Antiguidade e da Idade Média foram transportados para a Idade Moderna. Assim, pode-se dizer que a primeira característica da ciência história da época era a preocupação em descrever tempos antigos e em comentar as obras existentes para que, a partir do confronto com exemplos, experiências e

instituições da Antiguidade, se pudesse desenvolver sua própria história (GÜNTHER, 2013, p. 87-88).

Durante o século XV, surge o conceito humanista de história que rompia com a forte influência da Igreja e do pensamento teocêntrico da Idade Média, subordinando a *Historie* à filosofia moral. A ciência que se encontrava em formação nas escolas e universidades europeias até o século XVIII e que permitia a ligação da *Historie* com a retórica, modificou o caráter exemplar dos acontecimentos históricos. Ao invés de fornecer à retórica, exemplos provenientes de uma história universal, a *historia* passava a fornecer exemplos de figuras históricas individuais, tornando possível a moralização de qualquer fato histórico e fazendo com que o acontecimento individual passasse a funcionar como exemplo para o princípio geral (GÜNTHER, 2013, p. 90). Já no início do século XVI, um interesse histórico e uma consciência política mais secularizada e ainda menos transcendental começam a surgir. Na Itália, o pensamento histórico de Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), por exemplo, ainda era muito próximo do pensamento humanista e recorria aos exemplos retirados de antigas obras históricas para o desenvolvimento da política atual; Francesco Guicciardini (1483 – 1540), por sua vez, embora também não tenha dado à história um conceito determinante, dispôs-se a escrever detalhadamente a ação política de sua época em uma grande unidade geográfica que ia além dos limites do Estado italiano (GÜNTHER, 2013, p. 92-93). Na Alemanha da Reforma, o interesse histórico vem à tona a partir do surgimento de crônicas populares e também através das tentativas de se escrever a história nacional, porém, a fé ainda detém certo espaço no desenvolvimento do pensamento histórico alemão. Martinho Lutero (1483 – 1546), por exemplo, não deixava de fornecer exemplos morais e de conduta, tendo como ponto de vista unificador de sua história a compreensão de profecias bíblicas e a iminência do fim dos tempos. Para Günther, foi essa concepção de história que mais se parecia com uma atualização da doutrina agostiniana que fez com que o pensamento histórico alemão, até meados do século XVIII, fosse fortemente marcado pela História eclesiástica (GÜNTHER, 2013, p. 94).

Günther ainda destaca duas obras que, para ele, modificaram o conceito de história no século XVI: *De institutione historiae universae et eius cum iurisprudencia coniunctione*<sup>3</sup> (1561), de François Baudouin (1520 – 1573), e *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*

---

<sup>3</sup> A instituição da história universal e sua associação com a jurisprudência (tradução nossa).

<sup>4</sup> (1566), de Jean Bodin (1530 – 1596). O primeiro livro elaborava um plano para uma história que abrangia o conhecimento de todo o mundo, no que diz respeito ao tempo, ao espaço, e aos assuntos humanos; essa *historia universa* seria atrelada à ciência do Direito e forneceria os parâmetros para uma boa conduta e prática verdadeira através de uma perspectiva que unia a história à política, de forma que a história passava a ser essencial para a compreensão dos assuntos do Estado (GÜNTHER, 2013, p. 97). Já o livro de Jean Bodin, disponibilizava um método para a análise de desenvolvimentos históricos e para a comparação do Direito Público e das instituições, onde se construía uma estrutura sobre política, através da história (GÜNTHER, 2013, p. 98). Para Günther, essas obras foram essenciais para a transformação do conceito de história no século XVI porque, junto a vários outros tratados sobre a metodologia da *Historie*, elas mostravam o crescente interesse de poetas, teólogos, juristas, retóricos e filósofos pelo campo, e que mostrava a forte tendência de uma fundamentação científica e epistêmica para a escrita da *historia* (GÜNTHER, 2013, p. 98-99). A partir desse momento então, é que se passou a questionar pela primeira vez o que seria a história, sendo Francesco Patrizzi (1529 – 1597) o primeiro a definir a história como a “memória das coisas humanas”, e não apenas como ato de escrever acontecimentos históricos passados e presentes. A história, então, passava a ser definida como um conceito de tempo, não se restringindo às coisas passadas ou presentes, mas também às antecipações de memórias daquilo que ainda estaria por vir: o futuro. De certa forma, retornava a antiga noção do transcurso cíclico da história (GÜNTHER, 2013, p. 99-100).

A partir do século XVII, o desenvolvimento da *Historie* encontrou alguns percalços. A constante mudança em conceitos físicos como matéria, tempo e movimento que alterava a visão geral sobre o mundo, rendeu ainda mais desafios à história, em um momento em que apenas se começara a pensar em uma possível cientifização da matéria. Para Günther, os teóricos e as enciclopédias trabalhavam com um conceito reduzido, limitado à descrição ou narração dos acontecimentos e sem nenhuma argumentação (GÜNTHER, 2013, p. 101). Embora esse tenha sido um momento de larga pesquisa histórica, na visão teleológica do autor, o resultado estaria muito distante daquilo que, posteriormente, se conheceria por história e, apenas serviu para acumular coleções de antiguidades e fontes, organizadas por antiquários e filólogos. Além disso, para o autor, a historiografia da época não foi muito promissora para o desenvolvimento da perspectiva histórica. Os que se interessavam por

---

<sup>4</sup> *Um método para facilitar o conhecimento da história* (tradução nossa).

teoria política, por exemplo, escreviam seus textos sob a perspectiva jusnaturalista, preterindo o ponto de vista histórico. Também a História sacra fazia da história um caminho para o aprendizado de histórias bíblicas. Ao mesmo tempo, a reivindicação de verdade do conhecimento histórico perdia força, firmando-se como um conceito de verossimilhança apenas, ancorado no fato de que a história só poderia afirmar algo parcialmente, passando a depender da sua compreensão e interpretação (GÜNTHER, 2013, p. 106). Assim, a ausência de um caráter público da política e o não tratamento da história enquanto ciência fez com que ela se fizesse mais presente nos espaços privados da elite, dando fôlego novamente à história literária (GÜNTHER, 2013, p. 102).

Na primeira metade do século XVIII, então, Giambattista Vico (1668 – 1744), escreve a *Scienza nuova* (1725), um trabalho que apresentava uma história ideal eterna, entendida a partir da natureza comum dos povos e que foi concebida pelo conceito de infinito e pela concepção de transcurso ideal do tempo. Na obra, o estudo da história passa a voltar-se mais à consciência, onde o homem consegue compreender a si mesmo através da história e, ao narrá-la a si mesmo, torna a criá-la sob suas próprias leis. Assim, com sua atenção voltada às regularidades da história, Vico conseguiu interpretar épocas antigas e então, transformou a *Historie* em uma ciência filosófica (GÜNTHER, 2013, p. 108). Além disso, outros nomes também contribuíram para essa mudança na interpretação histórica, abrindo caminho para o desenvolvimento do moderno conceito de história: Denis Diderot (1713 – 1784) desenvolveu a compreensão da *histoire* (francês) enquanto consciência e identidade; Rousseau (1712 – 1778) acreditava que a natureza do homem, corrompida, mas consciente, deveria reconciliar-se em si mesma no mundo histórico, desembocando em um rompimento do espaço histórico interno; Voltaire (1694 – 1778), por sua vez, a transformava em objeto de pesquisa histórica através de um singular coletivo ("*l'histoire de l'esprit humain*") (GÜNTHER, 2013, p. 108-109). Já na Alemanha, o conceito viria a se transformar a partir de uma ação política modificada e uma nova experiência no tempo que resultaria no singular coletivo *Geschichte*, e que veremos a seguir.

## 2.2 A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA

Como podemos observar até aqui, desde a Antiguidade, quando a *historia* versava, sobretudo, à história de acontecimentos político-militares, passando pela Idade Média, quando ela deu continuidade à descrição de eventos exemplares, ao detalhamento do relato e passou a preocupar-se com o ato de se comunicar, até a Modernidade, quando o caráter polissêmico do conceito se tornou mais evidente, o conceito de história passou por diversas transformações, a depender das motivações e da função a se desempenhar. Em Heródoto, a *historia* possuiu um caráter neutro em relação ao conteúdo e designava fatos do passado empiricamente pesquisáveis ou que fossem obtidos somente através de testemunhas; em Tucídides e Aristóteles, ela foi o transcurso dos acontecimentos político-militares, mesmo que, aparentemente, os autores parecessem não ter consciência de sua prática histórica; em Políbio, ela passa a descrever ações, procedimentos e eventos, e adquiriu o sentido de história pela primeira vez ao se constituir dentro do contexto literário; em Roma, por sua vez, ela desempenhou a função de transmitir os ensinamentos dos pais, de fornecer exemplos de poder e superioridade dos militares e a sabedoria dos homens de Estado, além de adquirir a natureza de uma história providencial. Com Isidoro de Sevilha, já na Idade Média, ela começa a perder o caráter de conhecimento seguro, de verdade; nas universidades medievais, ela existe apenas como material literário do passado e age como campo auxiliar da gramática e da retórica, além de ganhar grande importância no pensamento teológico e fornecer exemplos de moral e conduta. Na Idade Moderna, então, ela ocupou-se em descrever tempos antigos, em comentar obras existentes, adquiriu uma consciência política mais secularizada e esteve subordinada à filosofia moral, desenvolvendo, pela primeira vez, uma metodologia de análise de desenvolvimentos históricos e despertando a atenção de vários intelectuais da época que contribuíram para a ampliação e desenvolvimento do conceito. Porém, qual a importância dessa transformação conceitual ao longo do tempo? O que importa se a história foi chamada *ἱστορία* (palavra em grego para “história”), *πρᾶγμα* (palavra em grego para “ato”, “evento” ou “ocorrência”) (GINGRICH; DANKER, 1993, p. 173), *historia* (o equivalente em latim para *ἱστορία*), *Historie* (palavra em alemão para “história”, no singular) ou *Historien* (palavra em alemão para “histórias”, no plural)?

No artigo *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, Reinhart Koselleck inicia suas reflexões afirmando que palavra e conceito são coisas diferentes. Para o autor, a palavra remete a um sentido e, portanto, indica um conteúdo; já do ponto de vista dos conceitos, nem todos os sentidos atribuídos às palavras são levados em consideração. Para ele,

os conceitos estabelecem uma realidade histórica, não se configurando apenas em um fenômeno linguístico (KOSELLECK, 1992, p. 135-136). Essa distinção estabelecida por Koselleck é extremamente importante para nossa pesquisa porque a partir do momento que o autor estabelece que, diferentemente da palavra, todo conceito é concomitantemente um fato e um indicador (KOSELLECK, 1992, p. 136), ele determina que a natureza dos conceitos é indicar uma profundidade maior do que simplesmente a interpretação usual dada a determinada expressão lexical. Assim, a história deixa de ser estudada enquanto uma palavra para ser tratada enquanto um conceito, compreensão que determina o problema deste trabalho já que, a partir de então, o conceito de história expressaria uma experiência histórica. Ora, se compreendemos que o conceito sempre se relaciona com aquilo que se quer compreender, tal qual a teoria de Koselleck, entendemos que a escolha semântica sobre o conceito de história nunca é desproposita, já que revela a própria percepção histórica do autor sobre o fazer histórico.

Ainda sobre a história dos conceitos (em alemão: *Begriffsgeschichte*) de Koselleck, a história, enquanto conceito que carrega em si mesmo uma experiência histórica concreta e que resulta de um processo teórico (KOSELLECK, 1992, p. 135-136), possui um caráter relacionado ao seu contexto de utilização (KOSELLECK, 1992, p. 138). Por esse motivo, então, que na seção anterior discorremos sobre a transformação do conceito de história ao longo do tempo, destacando as principais concepções que a palavra adquiriu, no contexto europeu, desde a Antiguidade até a Idade Moderna. Esse exercício se fez necessário porque a língua alemã disponibiliza duas palavras diferentes para designar história (*historie* e *geschichte*) e, ao propormo-nos a pesquisar acerca das implicações da escolha semântica do historiador alemão Leopold von Ranke sobre a melhor palavra para descrever o que fazíamos, ao mesmo tempo, partindo do pressuposto que a experiência histórica do conceito escolhido indica a sua própria interpretação histórica. Além disso, a nosso ver, a trajetória do conceito de história é essencial para a compreensão da popularização da palavra *Geschichte* em detrimento da palavra *Historie* para se referir à ciência histórica da Alemanha, a partir da segunda metade do século XVIII, o que abordaremos mais à frente.

Outro ponto que gostaríamos de levantar é que, embora estejamos analisando a escolha semântica e epistemológica de Leopold von Ranke pelo conceito de história e, conseqüentemente, a utilização das palavras *Historie* e *Geschichte* no espaço da língua alemã entre os séculos XVIII e XIX, não estamos partindo do pressuposto de que a Alemanha foi o

primeiro local onde a palavra para designar a história adotou a forma de um conceito coletivo-singular. Como visto anteriormente, a tradução do verbete *Geschichte*, *Historie* e que resultou no livro *O Conceito de História* publicado em 2013 no Brasil pela editora Autêntica, já mencionava a utilização de um singular-coletivo por Voltaire em meados do século XVIII. Além disso, no prefácio do mesmo livro, confrontamo-nos com a afirmação de que Jan Marco Sawilla demonstrou que *histoire* já era utilizado na França desde o último terço do século XVII tanto para designar o conhecimento histórico, como para denominar a realidade de acontecimentos passados (ASSIS; MATA, 2013, p. 14). De qualquer forma, o que nos interessa em Koselleck é uma teoria da história baseada em recursos hermenêuticos que, estabelecendo a relação entre história e linguagem ao atentar para a historicidade dos conceitos, promoveu a compreensão de que os significados desses conceitos, atrelados a determinadas épocas, auxiliaram na constituição e no uso de ideias na história (BENTIVOGLIO, 2010, p. 115). Assim, em nossa perspectiva, a importância da história conceitual de Koselleck se dá no momento em que ela se transforma em instrumento para a interpretação histórica e que almejamos com este trabalho.

Neste momento, então, faz-se necessário retomar a discussão em torno da História dos conceitos, uma vez que a escolha semântica de Ranke sobre o conceito de história se situa no final do período de aceleração histórica que contribuiu para a mudança conceitual no conceito de história delimitado por Koselleck, o *Sattelzeit* que, em tradução literal, significa “tempo de sela” ou “tempo liminar” e compreende o período entre 1750 a 1850 e que, para Koselleck, marca a emergência da modernidade (PALTI, 2001, p. 09). Esse tempo de aceleração histórica, então, se configuraria em um momento de alteração da consciência histórica e que poderia ser observado no processo de surgimento e transformação dos conceitos e, acima de tudo, na maneira do homem em se relacionar com a história.

No ensaio “*Historia Magistra Vitae*: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento”, Reinhart Koselleck constata que durante cerca de dois mil anos, a história possuiu um caráter exemplar, configurando-se em uma “escola” onde se poderia adquirir sabedoria para não cometer grandes erros. Para o autor, embora não se tenha uma descrição de todas as transformações filológicas ou semânticas por meio da qual a *histoire* teria sido conceitualizada (e que esboçamos parte de sua trajetória anteriormente), assim como não se teria uma história da expressão *historia magistra vitae* (sabe-se apenas que ela foi criada por Cícero em referência aos modelos helenísticos no contexto da oratória, onde a prática se



restringiria à historiografia e, o orador, ao exercício da influência), pode-se dizer que, mesmo que esse lugar comum permitisse certa flexibilização do seu significado, sejam eles individuais ou generalistas, o *topos* sempre conduzia ao aperfeiçoamento moral e/ou intelectual dos indivíduos e determinava a inquestionável constância da natureza humana, permanecendo ileso até o século XVIII (KOSELLECK, 2006, p. 42-43). Ao cunhar o conceito de *Sattelzeit*, então, Koselleck estava basicamente delimitando a experiência no tempo; se, antes da chegada da modernidade, o *topos historia magistra vitae* orientava a forma como os historiadores compreendiam seu objeto e a sua produção ao fornecerem exemplos para a vida, a partir da época moderna, ele foi diluído em uma história em movimento. Essa mudança, porém, não ocorreu de uma hora para outra, mas, como afirma o autor, se deu através de “[...] um processo bastante complexo, que seguia sua trajetória ora de maneira invisível, lenta e sorrateira, ora repentina e abruptamente, e que por fim foi acelerado conscientemente” (KOSELLECK, 2006, p. 48).

A hipótese do *Sattelzeit* de Koselleck, então, estabelece a superação da história exemplar e inaugura a ideia de abertura de um novo espaço de experiência: o nascimento de uma nova história (*Geschichte*) dotada de uma qualidade temporal própria que percebia diferentes tempos e períodos de experiência no lugar de um passado entendido como exemplo (KOSELLECK, 2006, p. 47). Neste momento, porém, devemos ressaltar que essa nova percepção do tempo que caracterizaria a modernidade deve ser entendida enquanto um regime de historicidade que reflete a experiência europeia e que já vem sendo questionada nos últimos anos. A esse respeito, por exemplo, a historiadora Maria da Glória Oliveira identifica a plena operacionalidade do *topos* antigo nas biografias oitocentistas brasileiras, inclusive funcionando como princípio orientador da atividade historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que, através da escrita biográfica, preocupava-se em construir e perpetuar exemplos a serem seguidos (OLIVEIRA, 2009, p. 63). Novamente, embora não estejamos tomando parte da totalidade da teoria de Koselleck, estamos interessados na apreensão de que este período de intensas transformações nos países de língua germânica denominado de *Sattelzeit* possa ser compreendido a partir do estudo das transformações semânticas nos conceitos sociais e políticos dessa sociedade (KOSELLECK; RICHTER, 2011, p. 9), uma vez que os acontecimentos históricos e as experiências adquiridas através destes só tornam-se possíveis através dos atos de linguagem (KOSELLECK, 2006, p. 266),

premissa que tomaremos para a análise de alguns excertos de escritos de Leopold von Ranke para a compreensão das implicações resultantes de sua escolha sobre o conceito de história.

Embora Reinhart Koselleck tenha delimitado esse período de aceleração histórica que desembocaria na modernidade e delimitado de *Sattelzeit*, ele não foi o primeiro a trabalhar o conceito de uma época moderna. Para o autor, o período em que se começa a questionar a operacionalidade do *topos* antigo na historiografia europeia, coincide com o aparecimento, cada vez mais frequente, da noção de uma “época contemporânea” e do surgimento de conceitos como “tempos modernos” e “modernidade” (*Neuzeit*) na historiografia alemã. A questão é que, até então, não havia evidências linguísticas de que essa “época moderna” (*neue Zeit*) designasse um período de tempo fixo, funcionando apenas como recurso linguístico para qualificar o tempo como novo e sem informar os aspectos históricos desse tempo ou período, ganhando sentido apenas quando confrontado ao tempo anterior, tido como “velho” (*alte Zeit*), ou quando utilizado enquanto conceito de época (KOSELLECK, 2006, p. 269). Para Koselleck, então, essas antigas divisões de tempo nada mais eram do que tentativas de se classificar as épocas através de suas estruturas políticas, sociais, econômicas ou espirituais, em detrimento de definições temporais, como no caso da subordinação dos tempos ao divino na exegese bíblica, na duração do domínio dos governantes ou na qualidade das fontes na tradição humanista (KOSELLECK, 2006, p. 270).

A tendência de se classificar as épocas de acordo com determinações objetivas ou de conteúdo passa a ser questionada a partir do momento em que a própria palavra utilizada para designar o conceito de tempo no espaço da língua alemã (*die Zeit*) deixa de ser empregada enquanto apenas uma determinação formal genérica na composição da palavra *Neuzeit* (modernidade), para ser transformada em coletivo singular a fim de designar uma época. Essa virada se deu a partir da percepção de que as designações de períodos anteriores como Antiguidade (*Altertum*) e Idade Média (*Mittel-alter*), os “tempos médios”, tratavam-se de períodos fechados em si mesmos, renunciando a palavra *Zeit* à designação da época corrente, isto é, à descrição da modernidade e da contemporaneidade (KOSELLECK, 2006, p. 270-271). Para Koselleck, então, a expressão “tempo moderno” (ou história nova) resultou da própria criação e generalização de conceitos que designavam os períodos anteriores durante o século XVIII, e foi essa constatação que permitiu o questionamento sobre o que se deveria esperar desse novo tempo (ou modernidade) e quais as implicações derivadas da sua utilização para a designação das épocas (KOSELLECK, 2006, p. 271).

Além disso, Koselleck também estabelece as duas expressões básicas para a compreensão do nascimento dessa nova história e que se configuram no ponto de intersecção onde se unem os tempos médios e os tempos modernos: renascimento e reforma. Para o autor, entre as duas expressões escondeu-se a evolução do conceito de modernidade, pois, cada qual com seu ritmo próprio, ambas as palavras foram introduzidas como conceitos de época, ou seja, designavam acontecimentos que marcavam o nascimento de uma nova época histórica: a doutrina de um renascimento concebida em oposição aos tempos médios, e a restauração da pureza da mensagem contida nas Sagradas Escrituras através da reforma que instaurava um novo período cristão de retorno aos tempos primitivos da igreja (KOSELLECK, 2006, p. 272). A relação entre a expressão “novo tempo” e os conceitos de “Idade Média”, “Renascimento” e “Reforma” então, deu-se no sentido em que estes últimos consolidaram-se, em um processo de longo prazo, enquanto conceitos que descreviam períodos. Assim, a experiência de um novo tempo passava a designar um tempo atual que se diferenciava de um tempo passado (de onde surge a expressão de moderno), e que poderia ser novo e, até mesmo, melhor (KOSELLECK, 2006, p. 273-274).

Mas, ainda assim, por que a experiência desse novo tempo denotava uma época completamente diferente em relação ao período anterior? Para Koselleck, a diferença fundamental estava na constituição de “[...] uma atitude diferente não apenas em relação ao passado, mas, muito mais ainda, em relação ao futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 278); atitude essa que apenas se tornou possível após a diminuição da presença das expectativas escatológicas cristãs e a conseqüente decadência da igreja, o avanço das ciências e a “descoberta do Novo Mundo”, particularidades que abriram espaço para o surgimento de uma noção de tempo ilimitado e voltado em direção ao futuro (KOSELLECK, 2006, p. 278). Porém, mesmo ao consolidar-se enquanto um “[...] conceito da experiência histórica a que se agregam sempre novas expectativas quanto ao futuro [...]” (KOSELLECK, 2006, p. 280), o conceito de “novo tempo” não conseguiu se consolidar como um conceito de época que inaugurava um novo período, pois não denotava o tempo em que se vivia, mas, sim, o período que compreendia os três séculos imediatamente anteriores ao XVIII; objetivo que só foi alcançado pelo conceito de “tempo contemporâneo” (*neueste Zeit*) que, ao invés de se configurar como o registro de uma visão retrospectiva, foi utilizado para designar uma nova época inaugurada a partir da Revolução Francesa (KOSELLECK, 2006, p. 281-282). Podemos dizer, então, que toda essa reflexão acerca da utilização das expressões “novo

tempo”, ou “tempo moderno” (*neue Zeit*), e “tempo contemporâneo” (*neueste Zeit*), mostra-nos a crescente preocupação acerca da natureza do tempo histórico na historiografia europeia e que, de acordo com Koselleck, reflete a aceleração da experiência histórica que ele denomina por *Sattelzeit* e que vai ser expressa, primeiramente, no conceito de história (KOSELLECK, 2006, p. 278).

Também de acordo com Koselleck, a partir da segunda metade do século XVIII, então, algumas evidências apontam para a formação de um tempo dotado de uma natureza histórica. Esse novo tempo deixa de apenas fazer a descrição do desenrolar dos acontecimentos históricos para temporalizar-se na própria história, isto é, transformando-se em uma força da história e, é justamente essa nova experiência que vai pressupor um novo conceito de história que, através de um singular coletivo, passaria a realizar-se em si mesmo, sem um objeto a ele relacionado (KOSELLECK, 2006, p. 282-283). Nesse contexto de surgimento de uma nova dimensão da história, então, estabeleceu-se uma indispensável relação com o tempo histórico que, de acordo com Koselleck, foi possível mediante alguns critérios.

O primeiro critério da temporalização (*Verzeitlichung*) estaria relacionado à aquisição de uma estrutura temporal própria pelos processos históricos através da compreensão do conceito de século (*Jahrhunderte*) na língua alemã: afastando-se do cálculo dos cem anos para ajuda na classificação, a partir do século XVII, os séculos passam a adquirir cada vez mais pretensões históricas próprias e vão se tornar os precursores da reflexão temporal, transformando-se em conceitos temporais de experiência histórica (KOSELLECK, 2006, p. 283-284).

Em segundo lugar, a história passava a adquirir uma estrutura temporal própria ao descobrir o axioma resultante da experiência da anacronia de histórias diferentes, mas cronologicamente simultâneas: essa percepção surge através da comparação entre diferentes classes, povos, estados, continentes e ciências que, em relação uns aos outros, podiam estar atrasados ou adiantados; é a simultaneidade do não-simultâneo, é o surgimento de uma experiência básica de progresso formulada a partir de diferentes graus de civilização que denotavam uma ordenação diacrônica por uma comparação sincrônica (KOSELLECK, 2006, p. 284-286).

O terceiro critério também estava relacionado à experiência do progresso e configurava-se na teoria da perspectiva histórica subjetiva, isto é, na “[...] visão de que todas

as representações históricas dependem das escolhas feitas pelo autor, escolhas que não podem deixar de ser feitas, pois ele se move dentro de limites sociais, religiosos ou políticos estabelecidos.” (KOSELLECK, 2006, p. 286) Segundo Koselleck, esse terceiro parâmetro definia que poderiam existir diferentes e verdadeiras representações para os mesmos acontecimentos e que faziam do tempo histórico um gerador de experiências sobre o passado agora visto sob novos ângulos. Assim, o caráter estável dos acontecimentos históricos deixava de existir e tornava-se necessária a reavaliação dos processos históricos constantemente: a história passava a ser temporalizada, ou seja, com o transcorrer dos dias e com o aumento do distanciamento dos acontecimentos, a história se alterava também no passado, revelando sua verdade (KOSELLECK, 2006, p. 287-287):

Uma vez registradas historicamente novas experiências, presumivelmente jamais feitas antes, tornou-se possível compreender também o passado como fundamentalmente diferente. Isto levou a que, no horizonte do progresso, as épocas tivessem que ser expressas em sua singularidade. O diagnóstico do novo tempo e a análise das eras passadas se correspondiam mutuamente. (KOSELLECK, 2006, p. 287)

O quarto critério, por sua vez, estabelecia uma nova consciência de época que, desde o final do século XVIII, caracterizava-se pela apreensão do tempo enquanto um tempo de transição, não mais experimentado apenas como fim ou como começo. Para Koselleck, essa nova experiência de transição era dotada de duas noções especificamente temporais: a diferença de qualidade que se esperava para o futuro e o aumento na velocidade com que o tempo presente se diferenciava do passado (KOSELLECK, 2006, p. 288). Isso quer dizer que se tornava nítido a percepção de um tempo histórico que produzia prazos cada vez mais breves e a ocorrência de mudanças cada vez mais aceleradas. Assim, o próprio tempo poderia ser interpretado como novo já que, o próprio futuro reservava outro devir então desconhecido, e mais rápido do que se poderia conceber (KOSELLECK, 2006, p. 289). Além disso, neste momento os termos “épocas” e “períodos” da história, antes utilizados para descrever os prazos do novo tempo, passam a se coincidir em um movimento constante, ao mesmo tempo em que o “[...] progresso e a consciência histórica temporalizam todas as histórias no processo único da história universal” (KOSELLECK, 2006, p. 290).

Em quinto lugar, a experiência de que o passado fluía de forma diferente do transcurso do presente e do futuro tornou incerta a escrita dos acontecimentos presentes e

transformou o futuro em enigma (KOSELLECK, 2006, p. 290-291). Isso aconteceu porque embora se vislumbrasse um tempo de transições aceleradas onde se aumentava as possibilidades de conhecimento do passado, a história dos acontecimentos diários perdeu valor e chegou a cair em descrédito frente aos historiadores profissionais. Para a compreensão dos acontecimentos, então, passou a ser necessária a sua contextualização no interior das conexões históricas mundiais, denotando a emergência de uma nova história universal que comprovasse a “[...] profunda mudança de experiência que pôde ser deduzida da interdependência global [...]” (KOSELLECK, 2006, p. 291). Assim, exigia-se cada vez mais do historiador a capacidade de abstração para a descrição dos fenômenos universais, que tinha que compensar fornecendo as categorias adequadas para a superação das experiências diárias rumo ao contexto universal (KOSELLECK, 2006, p. 292). Essa experiência, enfim, fez com que a historiografia que estudava a atualidade se tornasse em um gênero inferior, passando a ser estudada por jornalistas ou por filósofos e historiadores que se dispunham a fazer prognósticos (KOSELLECK, 2006, p. 293).

Por fim, o sexto e último critério histórico da temporalização estabelecia o aumento da distância entre passado e futuro, transformando o presente em um período de ruptura e transição onde, continuamente, surgiam coisas novas (KOSELLECK, 2006, p. 294). Para Koselleck, as posições de aceleração e retardamento históricos estabeleciam, essencialmente, “[...] uma história cuja nova dinâmica exige categorias temporais de movimento” (KOSELLECK, 2006, p. 294). A temporalização, então, não apenas transformou velhos conceitos políticos como também criou novos conceitos; os conceitos de republicanismo, socialismo, comunismo e liberalismo, por exemplo, partilhavam a característica de se ancorarem apenas parcialmente na experiência, ou seja, eram organizados de acordo com os próprios fenômenos à qual faziam referência (KOSELLECK, 2006, p. 296-299). Em resumo:

Os conceitos políticos e sociais tornam-se instrumentos de controle de movimento histórico. São não apenas indicadores, mas também fatores de todas as mudanças que se estenderam à sociedade civil a partir do século XVIII. Só no horizonte da temporalização se torna possível que os adversários políticos se ideologizem mutuamente. (KOSELLECK, 2006, p. 299)

Para Koselleck, então, a temporalização (*Verzeitlichung*) configurava-se enquanto um conceito fundamental para a compreensão das transformações semânticas ocorridas no espaço da língua alemã durante o período correspondente aos anos entre 1750 e 1850,

denominado por ele como *Sattelzeit*. Essa temporalização consistiu na adaptação de conceitos sociais e políticos da época e que, junto aos conceitos de democratização (*Demokratisierung*), ideologização (*Ideologiesbarkeit*) e politização (*Politisierung*) (KOSELLECK; RICHTER, 2011, p. 252-253), tiveram como principal efeito a dissolução da antiga ordem social alemã, dividida em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, a estratificação estamental da Alemanha se decompôs, e a linguagem política que, na pré-modernidade era monopólio da nobreza, dos juristas e dos eruditos, após os efeitos decorrentes da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, estendeu-se à camada burguesa instruída (KOSELLECK, 2006, p. 299-300). Assim, o espaço linguístico se ampliava cada vez mais às pessoas de camadas inferiores, que passaram a servir-se das terminologias políticas da época. No bojo dessa transformação e pela emergência do controle da linguagem, a estrutura temporal interna dos conceitos se transformou em um tipo de antecipação de futuro que, deixando para trás uma sociedade organizada hierarquicamente, precisava ordená-la novamente em comunidades e empresas, associações, grupos, partidos e organizações (KOSELLECK, 2006, p. 300-301):

O alcance político e social de tais antecipações se manifesta em que elas têm de apontar para mais além do que era empiricamente realizável, e além do que se podia prever. Precisamente o imperativo de buscar organizações novas – esta expressão é um conceito surgido, ele próprio, da nova situação – estimulava uma formação de conceitos voltados para direcionar, e cujos fins exigiam uma perspectiva temporal de futuro (KOSELLECK, 2006, p. 301).

O segundo ponto fundamental, por sua vez, se insere como uma consequência do primeiro. Com a temporalização se inserindo cada vez mais na vida quotidiana dos indivíduos, abre-se espaço para o desenvolvimento da crítica ideológica, isto é, a redução psicossociológica dos modos de comportamento e das formas de pensar e de se expressar manifestações ideológicas, diferenciando-se das manifestações consideradas como erro, mentira ou preconceito, e que poderiam ser corrigidas. Para Koselleck, essa crítica ideológica condicionada pelo tempo parte do pressuposto do crescente processo de generalização dos conceitos. Ou seja, a crescente complexidade das estruturas sociais, políticas e econômicas da época implicou no aumento da abstração de muitos conceitos e provocou consequências semânticas na própria linguagem (KOSELLECK, 2006, p. 301). A partir desse momento, os conceitos passaram a ser utilizados com menor precisão, em diferentes perspectivas e por vários partidos, trazendo à tona uma disputa pela interpretação política desses mesmos conceitos. Nesse sentido, então,

a crítica ideológica argumenta com conceitos de movimento que, tornando-se, ao mesmo tempo, indicadores da mudança política e social e elementos linguísticos da formação da consciência e do comportamento, determinam a modernidade como um tempo de transição, não eliminando o seu caráter de época (KOSELLECK, 2006, p. 303).

Em síntese, o período histórico denominado de *Sattelzeit* por Koselleck pressupõe que, a partir do século XVIII, os países de língua alemã sofreram profundas transformações semânticas em seus principais conceitos políticos, o que representou a dissolução da antiga ordem social alemã e instaurou um novo espaço de experiência a partir do advento da modernidade, trazendo consigo uma nova interpretação acerca do conceito de história. A partir desse momento, então, a história passava a ser vista como um conceito transcendental, pois reunia as condições de possibilidade de uma história e de seu conhecimento; era a descoberta da “história em si” (KOSELLECK, 2006, p. 305).

### 2.3 O PROCESSO DE MUDANÇA SEMÂNTICA NO ESPAÇO DA LÍNGUA ALEMÃ

Como observamos até aqui, desde a Antiguidade os escritos europeus sobre história buscaram delinear o seu objeto e as funções para a sua escrita, sendo expressas em diferentes terminologias, a depender da época ou dos autores. Já a partir do século XVIII, uma série de fatores contribuíram para a dissolução da antiga ordem social da Alemanha e que, na visão de Reinhart Koselleck, resultou no surgimento da modernidade. Do ponto de vista da história dos conceitos, Koselleck afirma que esse período, denominado por ele de *Sattelzeit*, pode ser observado através da análise das transformações semânticas dos principais conceitos políticos que baseavam o discurso social e político nos países de língua alemã, sendo que, a palavra utilizada para designar história, foi o primeiro conceito a denotar essa mudança na experiência que manifestava o advento da modernidade (KOSELLECK, 2006, p. 278). Cabe-nos agora, então, esquematizar como ocorreu o processo de mudança semântica do conceito de história no espaço da língua alemã.

Ambos os termos, *Historie* (ou *Historien*, no plural) e *Geschichte*, equivalem à palavra portuguesa para “história” na língua alemã. O primeiro termo, utilizado até meados da primeira metade do século XVIII, retrata a concepção dominante de história desde a Antiguidade e até o início da Idade Moderna, isto é, os relatos de acontecimentos individuais



e a capacidade exemplar e moral das experiências históricas, como pode ser observado na tradução do alemão de meados do século XVI para a famosa frase de Cícero<sup>5</sup> sobre as utilidades da *Historie*: “*Historien* são um testemunho dos tempos, / uma luz da verdade, / a vida da memória, / uma indicação da antiga forma de ser, / e mestra e educadora da vida humana” (FORBERGER, 1574, p. 2 apud GÜNTHER, 1013, p. 110). A configuração do conceito moderno de história (*Geschichte*), por sua vez, corresponde ao resultado de dois processos de longa duração que vão desembocar em um novo campo de experiência histórica: a criação do coletivo singular associada à palavra *Geschichte* e a união do significado de história enquanto conjunto de acontecimentos, há muito contido nesse lexema, com o de história como conhecimento, narrativa e ciência históricos presentes na palavra *Historie*” (KOSELLECK, 2013, p. 119).

De acordo com Koselleck, a configuração do moderno conceito de história resultou, inicialmente, de um deslocamento lexical realizado no espaço da língua alemã e que acelerou o esvaziamento de sentido do *topos historia magistra vitae* (história mestra da vida):

A palavra estrangeira que o léxico nacional tomou de empréstimo, “*Historie*”, que significava predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido, designando especialmente as ciências históricas, foi sendo visivelmente preterida em favor da palavra “*Geschichte*”. O abandono do termo “*Historie*” e o subsequente emprego de “*Geschichte*” completou-se por volta de 1750 com uma veemência que pode ser estatisticamente comprovada (KOSELLECK, 2006, p. 48).

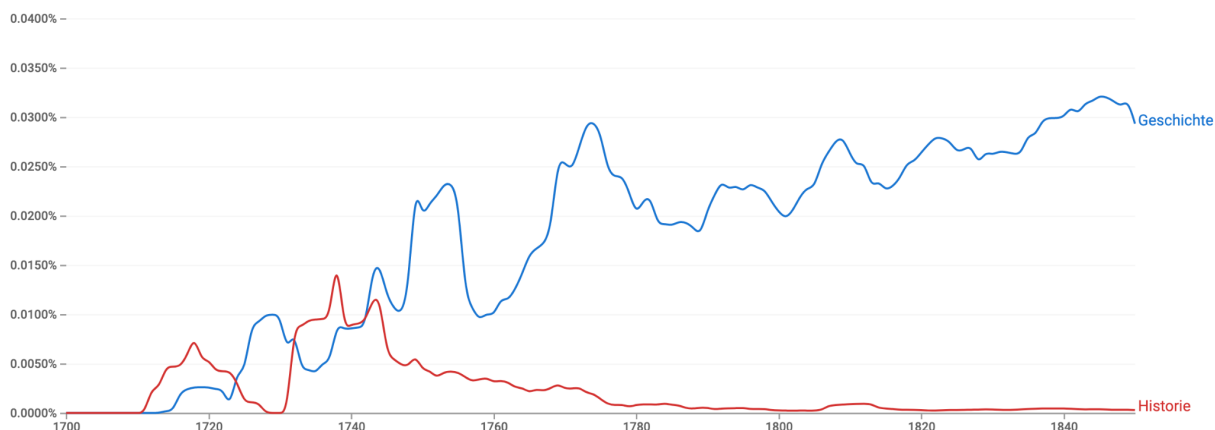
Nesse sentido, uma busca pelos termos *Historie* e *Geschichte* em livros em língua alemã pertencentes à base de dados Books Ngram Viewer,<sup>6</sup> do Google LLC, confirma a asserção de Koselleck sobre o enfraquecimento da *Historie* e o conseqüente fortalecimento da *Geschichte* no léxico alemão (Figura I). Ou seja, não se tratava da criação de um termo que abarcasse a nova experiência histórica em andamento, mas, sim, da nova configuração de um conceito já existente na língua alemã.

---

<sup>5</sup> “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*”. CÍCERO, *De oratore*, 2, 36; cf. 3, 51 (apud GÜNTHER, 2013, p. 110).

<sup>6</sup> A base de dados Books Ngram Viewer, do Google LLC, é uma ferramenta online que permite a visualização, em gráficos, da frequência de aparição de termos em livros do acervo Google Books, utilizando-se da digitalização de milhões de livros, a fim de mapear a utilização de palavras através dos séculos.

Figura I – Menções aos termos *Historie* e *Geschichte* no acervo do Google Books Ngram Viewer em língua alemã, publicados entre 1700 e 1850



Fonte: Google Books Ngram Viewer, 2021<sup>7</sup>.

Embora no início da Idade Moderna o significado de *Historie* no espaço da língua alemã correspondesse ao relato, à “narrativa de algo que aconteceu”, desde meados do ano 1300, a expressão “*daz geschichte*” vinha se popularizando, chegando a constituir-se na forma usual para designar os acontecimentos nos escritos de Lutero (KOSELLECK, 2013, p. 120). Ainda assim, desde meados do século XV e até o século XVIII o termo “*die Geschichte*” caracterizava uma forma plural utilizada para designar o acontecimento ou uma série de ações cometidas ou sofridas (KOSELLECK, 2006, p. 48), e que poderia ser observado através da utilização da expressão “a história são” (KOSELLECK, 2013, p. 120). De acordo com Koselleck, o sentido da palavra vai migrar da forma plural para a forma singular somente a partir da segunda metade do século XVIII, ao assumir a forma de um coletivo singular em um grande número de escritos histórico-teóricos, e passando a designar a soma de histórias individuais (KOSELLECK, 2013, p. 120), e não o conjunto. Apesar de, tanto o termo *Historie* quanto o termo *Geschichte* significarem, originalmente, acontecimento e relato, o que ocorreu foi um fortalecimento do segundo termo, ao passo que o primeiro foi gradativamente sendo excluído dos escritos sobre história. Isso aconteceu justamente porque em *Geschichte* confluíam os significados de acontecimento e representação (KOSELLECK, 2006, p. 48), uma vez que à *Historie* se restringiam os diagnósticos e os fatos individuais. Estabelecendo-se como acontecimento ou complexo de acontecimentos, então, a nova história (*Geschichte*) não

<sup>7</sup> Dados retirados do Books Ngram Viewer, na data 29 nov. 2021.

era mais capaz de instruir tal qual a história (*Historie*) entendida como relato exemplar (2006, p. 48) e, assim, a configuração do novo termo adquire uma dimensão diferente, podendo expressar-se somente a si mesma:

À medida que a expressão “*Geschichte*” tomou o lugar de “*Historie*”, também o termo *Geschichte* adquiriu um outro caráter. A fim de enfatizar o novo significado, falou-se em primeiro lugar, preferencialmente, da história [*Geschichte*] em si e para si, da história pura e simplesmente – ou seja, da história (KOSELLECK, 2006, p. 49).

A partir da *Geschichte*, então, a história adquiriu uma complexidade muito maior do que a das histórias individuais. O conceito de uma história em si passava a pressupor um termo sem sujeito que lhe fosse atribuído, ou seja, não mais se falava em a história de algo mas, sim, na própria história. Para Koselleck, a história sofreu uma alteração linguística que a transformou em seu próprio objeto; a história como série de acontecimentos deixou de ser entendida apenas como multiplicidade, e passou a representar a própria relação entre a mesma série de acontecimentos, formando uma noção de conjunto que, à época, era geralmente interpretado como um emaranhado de causas e efeitos (KOSELLECK, 2013, p. 123). Além disso, uma vez que o conceito de história (*Geschichte*) foi assimilado como autônomo, ele também passou a classificar sua própria representação (KOSELLECK, 2013, p. 124), isto é, a história aumentou a sua pretensão de verdade e passou a indicar as melhores condições de sensatez moral e social, passando a fornecer representações históricas. Dessa forma, a história “[...] se eleva a algo como uma última instância. Ela se transforma em agente do destino humano ou do progresso social.” (KOSELLECK, 2013, p. 124).

Além da descoberta da autonomia da história e da sua capacidade de fornecer representações históricas, para Koselleck, o que caracterizou o novo conceito como uma história em si mesma, uma história como tal, foi a sua capacidade de renunciar ao recurso do divino (KOSELLECK, 2013, p. 126). A partir da nova compreensão do termo *Geschichte*, os historiadores viam-se obrigados “[...] a verificar relações que não se orientam mais pela sucessão natural de gerações de soberanos, pelas órbitas das estrelas ou pela mística figural do simbolismo numérico dos cristãos [...]” (KOSELLECK, 2013, p. 127). Assim, a partir de reflexões acerca do tempo histórico, a história funda sua própria cronologia e a organização cronológica dos fatos próprios da *Historie* é abandonada, e a constituição de um novo conceito permite a abertura de um novo espaço de experiência, caracterizado pela

possibilidade de se fazer juízos históricos (escrever a história deixa de ser tarefa somente de quem a viu ou participou dela) e pela subordinação das histórias individuais à própria história (KOSELLECK, 2013, p. 128).

O segundo processo de longa duração observado por Koselleck e que vai resultar em um novo campo de experiência histórica, é a fusão dos termos *Historie* e *Geschichte*. Para o autor, a ampliação de sentido da história não se configurou apenas como um novo conceito de realidade mas, também, como um novo conceito de reflexão (KOSELLECK, 2013, p. 128). Embora desde meados do século XVIII, *Historie* e *Geschichte* tenham mantido significados diferentes, e mesmo que o campo “objetivo” dos acontecimentos e o conhecimento “subjetivo”, a narrativa e a ciência a respeito pudessem ser designados por terminologias separadas, de acordo com Koselleck, desde o século XV é possível observar a sobreposição dos dois campos semânticos (KOSELLECK, 2013, p. 129). Enquanto a *Historie* mantinha a definição ciceroniana de narrativa verdadeira de coisas acontecidas, a *Geschichte* rapidamente somou o significado do primeiro termo à sua interpretação, sendo possível observar nos escritos de Lutero a utilização da *Geschicht(e)* tanto no sentido de acontecimento quanto no sentido de narrativa (KOSELLECK, 2013, p. 131). Outro exemplo dessa transferência de significado semântico é a própria utilização de formas duplas (“*Historie e/ou Geschichte de...*”) em livros do século XVII que, embora pretendesse expressar uma distinção entre os termos, também manifestava a convergência dos acontecimentos com a narrativa (KOSELLECK, 2013, p. 131).

A partir do século XVIII, então, o termo *Geschichte* é o que vai fundir em si mesmo os dois significados semânticos, excluindo, cada vez mais, a *Historie* dos títulos de livros históricos (KOSELLECK, 2013, p. 131-132). A “vitória da História”, como afirma Koselleck, foi registrada em 1775 pelo filólogo alemão Johann Christoph Adelung, ao afirmar que à palavra alemã *Geschichte* poderiam ser relacionados três significados equivalentes: “[...] 1. Aquilo que aconteceu, uma coisa acontecida... 2. A narrativa de tal história ou de episódios acontecidos; a *Historie*... 3. O conhecimento dos episódios acontecidos, o estudo da História, sem plural [...]” (KOSELLECK, 2013, p. 133). Dessa forma, então, embora se possa observar que a convergência entre *Historie* e *Geschichte* ocorra desde o final da Idade Média, para Koselleck, a fusão das duas terminologias pôde se tornar completa apenas no último terço do século XVIII, quando tanto a situação objetiva, a representação dela e a ciência a respeito puderam ser expressas através de um único conceito: *Geschichte* (KOSELLECK, 2013, p.

134). Assim, para o autor, trata-se da união de um conceito de realidade (a história como tal) com as reflexões que ensinam a compreender essa realidade, e que transformou a história em um conceito muito mais abrangente “[...] que precisa incluir a experiência moderna de uma História autônoma na reflexão dos seres humanos que a realizam ou são produto dela” (KOSELLECK, 2013, p. 135).

Koselleck ressalta ainda que, nas mesmas décadas em que o novo conceito de história começou a se sobrepor, veio à tona também o conceito de filosofia da história (2006, p. 53). Autores como Isaak Iselin (1728 – 1782) e Johann Gottfried von Herder (1744 – 1803), por exemplo, tinham como perspectiva comum a extinção do caráter modelar dos acontecimentos em favor da singularidade dos processos históricos e a sua provável progressão (KOSELLECK, 2006, p. 53-54). Para Koselleck, então, a constituição do novo conceito de história (*Geschichte*) estaria diretamente associada à formulação da própria filosofia da história, uma vez que ambos os conceitos são complementares entre si. Isso porque foram as reflexões acerca do tempo histórico que possibilitaram a fundação de um tempo determinado exclusivamente pela história (KOSELLECK, 2006, p. 54). A partir do momento que a filosofia da história possibilitou uma cronologia própria à *Geschichte*, retirando da história a subordinação do cálculo sobre os eventos históricos ao movimento das estrelas ou à sequência natural de reis e dinastias, isto é, ao remover o recurso divino ou metafísico, ela mesma deu unidade à história enquanto um coletivo singular. No momento em que a filosofia transformou a história em um evento único e singular, então, os exemplos particulares vindos do passado enfraqueceram e o velho *topos* da história mestra da vida deixou de ter sentido.

Ainda de acordo com Koselleck, a reflexão histórico-filosófica que levou ao novo conceito de história ocorreu por meio de três critérios decisivos: a unidade da história enquanto um conceito reflexivo, a transformação do conceito de história em um conceito de ação e a modificação da importância do passado na história.

Em primeiro lugar, na tentativa de fundamentar a unidade da história em sua extensão temporal e sua movimentação, as filosofias idealistas da história introduziram o axioma do caráter único, sobre o qual se baseava a noção de que a história se ocuparia com evoluções progressivas ao vincularem efeitos à causas (KOSELLECK, 2013, p. 158). Autores como Herder, Hegel e Humboldt, porém, descartaram essa abordagem já que nenhuma análise causal poderia dar conta da singularidade de uma situação (KOSELLECK, 2013, p. 159).

Dessa forma, o nexos causal que transformaria a história em filosofia foi abandonado, o que levou à percepção da existência de um tempo histórico próprio a cada fator, ou seja, a existência de uma infinidade de tempos ocorrendo ao mesmo tempo que, na visão de Koselleck, seria a vivência básica da modernidade (KOSELLECK, 2013, p. 159). Assim, o conceito de história deixou de ser um conceito transcendental de reflexão para se tornar um conceito reflexivo que, reconhecendo a incomparabilidade e a unicidade dos acontecimentos históricos, transformou-se em uma história criadora e produtiva (KOSELLECK, 2013, p. 160).

O segundo critério para a liberação de um novo tempo e que resultou no moderno conceito de história tem relação direta com os eventos da Revolução Francesa. O caráter pedagógico da história de servir como mestra para a vida e que foi utilizado até meados do século XVIII partia da concepção de que haviam fatores permanentes, e que garantiam a previsibilidade do comportamento político (KOSELLECK, 2013, p. 161). Os eventos desencadeados a partir de 1789 produziram uma tendência geral de progresso que levou a filosofia da história a uma reversão da noção de futuro, fazendo surgir a expectativa de um futuro completamente novo e que deveria determinar o comportamento (KOSELLECK, 2013, p. 161). Essa nova percepção temporal transformou o conceito de história em um conceito de ação, uma vez que o “[...] tratamento histórico-filosófico da Revolução Francesa conduziu a um novo alinhamento entre experiência e expectativa [...]” (KOSELLECK, 2013, p. 162). Assim, o tempo adquiriu uma qualidade histórico-dinâmica onde a história do futuro passava a ser preconizada a partir de um futuro onde o homem deveria intervir com suas próprias ações, o que automaticamente descartou a importância da *Historie* de instruir o presente com exemplos do passado. De acordo com Woltmann (1800, p. 3 apud KOSELLECK, 2013, p. 162), a “[...] Revolução Francesa foi, para o mundo, um fenômeno que parecia zombar de toda a sabedoria histórica, e diariamente foram se desenvolvendo a partir dela novos fenômenos, a respeito dos quais ficou cada vez mais difícil buscar respostas na História”.

Já o terceiro e último critério histórico-filosófico que resultou na transformação do conceito de história na visão de Koselleck, foi a experiência de “aceleração do tempo”, isto é, a abreviação do tempo histórico, e a reelaboração da importância do passado na história. A partir da temporalização de uma unicidade permanente, o aspecto didático da *Historie* tornou-se incompatível com a história, e a percepção de uma aceleração assegurou a existência de forças imanentes à história, nas quais deram origem a um novo tempo histórico

que distinguia a Era Moderna do passado (KOSELLECK, 2013, p. 162-163). Visto que nenhum acontecimento transcorreria de maneira idêntica a outro, a utilidade do passado passou a consistir no esclarecimento de sentido a fim de que se pudesse lidar com o acontecimento a partir dele e, não, através dele. Ou seja, a história passava a cumprir o papel de mediadora entre passado e presente, mas somente ao passo que o sujeito tivesse consciência crítica dessa mediação. Ocorrendo isto, o processo histórico externo transformaria-se em um processo mental, onde a crítica ao passado seria a responsável por relacionar os aspectos objetivos e subjetivos da história, transformando, então, história em filosofia da história (KOSELLECK, 2013, p. 164).

Embora a história como narrativa, como ato de contar, possa ser considerada como um conceito fundamental de sociabilidade da sociedade humana, de acordo com Koselleck, foi somente a partir do século XVIII que ela se definiu no Ocidente como um conceito fundamental da linguagem social e política ao adquirir a condição de princípio regulador de toda a experiência e expectativa possível (KOSELLECK, 2013, p. 165). Desde o Humanismo, as áreas do saber da história foram organizadas por quatro esquemas classificatórios: em primeiro lugar, a utilização da estrutura temporal ordenada de acordo com os quatro impérios ou como história antiga, medieval e moderna; em segundo lugar, classificada em áreas como a *historia divina, civilis e naturalis*; em terceiro, determinada por critérios formais como a *historia universalis* ou *specialis*; e, por último, segundo formas de representação como, por exemplo, a arte narrativa ou descritiva (KOSELLECK, 2013, p. 165). A partir do século XVIII, então, três processos irão redefinir esses esquemas classificatórios, contribuindo para a transformação da história como conceito sociopolítico, são eles: a exclusão da *historia naturalis* do cosmos histórico juntamente com a historicização da “História Natural”; a fusão da *historia sacra* com a História Geral; e, por fim, a conceitualização da História mundial (*Weltgeschichte*) como ciência-mestra no lugar da antiga História universal (*Universalhistorie*) (KOSELLECK, 2013, p. 166).

O primeiro processo que contribuiu para a configuração da história enquanto um conceito de linguagem social e política foi a temporalização da natureza, um fenômeno ocorrido no campo teórico e que resultou na separação entre história e natureza. De acordo com Koselleck, até meados do século XVIII os conhecimentos históricos foram considerados como pressuposto empírico de todas as ciências. Ao passo que as ciências e a Filosofia ocupavam-se com o geral, a *Historie*, como conhecimento geral das experiências, ocupava-se

com o individual, com o conhecimento sobre a natureza, sobre o homem e suas ações (KOSELLECK, 2013, p. 166). Configurando-se como um saber sobre a realidade, no que diz respeito ao presente, a *Historie* baseava-se em experiências próprias e, naquilo que tratava-se sobre o passado, em experiências de outrem, caráter que, para Koselleck, a transformava em uma “ciência de experiências” com aspecto temporal duplo ao pressupor a unidade entre o mundo da natureza e o mundo dos homens, e com duas formas de representação, a descritiva e a narrativa (KOSELLECK, 2013, p. 166-167). Os conhecimentos sobre a natureza, especialmente, isto é, o conhecimento advindo das observações e classificações da terra, dos reinos animal e vegetal e do espaço estelar, faziam parte da *historia naturalis*, uma área do saber da história que se preocupava em narrar e descrever situações da natureza sem interpretá-las historicamente. A partir do constante conhecimento sobre a natureza e da descoberta de novos territórios, continentes e povos no além-mar em meados do século XV, a noção temporal de futuro e de passado se expandiu, fazendo com que a própria natureza fosse historicizada e ganhasse uma história (KOSELLECK, 2013, p. 167-168). A partir desse momento, então, a *historia naturalis* descritiva foi sendo gradativamente excluída do cosmos das ciências históricas, dando lugar à História da Natureza (*Naturgeschichte*), área do saber que ocupava-se em narrar o surgimento, a forma como se mantém, as modificações e o tempo de duração dos conhecimentos naturais. A definição de História da Natureza resultante da historicização da História Natural, então, permitiu a classificação da natureza em períodos históricos, o que a aproximou do conceito de história e transformou-a também em característica estrutural da história humana (KOSELLECK, 2013, p. 169).

O segundo processo que contribuiu para a definição da história como conceito, foi a mudança da *historia sacra* para a História da salvação (*Heilsgeschichte*). Uma vez que a história adquiriu a qualidade de se modificar com o decorrer do tempo, também a *historia sacra* se tornou passível de interpretação, tal qual a *historia naturalis*, trazendo consigo algumas concepções cristãs (como a expectativa de salvação, por exemplo) para dentro do moderno conceito de história (KOSELLECK, 2013, p. 173). A fusão entre a *historia sacra* e a História Geral foi uma mudança que ocorreu de maneira lenta desde o início do século XVII e resultou na História da Salvação, um conceito cristão que pretendia dar conta dos requisitos de uma história fundamentada em princípios histórico-filosóficos que se difundiam cada vez mais naquela época (KOSELLECK, 2013, p. 176). A diferença entre os dois conceitos estava no fato de que, “[...] enquanto na “*historia sacra*” a indicação para a salvação eterna



caracterizara o conceito, no conceito composto de História da salvação a [própria] História assumiu o papel fundamental. É dela que derivou o caminho para a salvação” (KOSELLECK, 2013, p. 176). A partir dessa mudança, então, a compreensão do cristianismo sobre si mesmo ingressou em um processo de historicização que oscilava entre dois extremos: a perspectiva de que o cristianismo seria incompatível com a história; e o entendimento de que a história, em sua totalidade, deveria permanecer referida a Deus de maneira a não mais se poder diferenciar uma história cristã de uma história não cristã (KOSELLECK, 2013, p. 177).

O terceiro processo, por sua vez, é a transição da História universal (*Universalhistorie*) para a História mundial (*Weltgeschichte*), conceitualização que ocorreu de forma gradativa desde meados do século XVII (KOSELLECK, 2013, p. 177). De acordo com Koselleck, à medida em que a conquista de terras no “novo mundo” avançava e a unidade da Igreja se fragmentava, os títulos histórico-universais que tinham por dever registrar e unificar as novas experiências se multiplicavam. Nesse mesmo contexto, o conceito de História mundial volta ao uso corrente denotando uma profunda mudança conceitual: “[...] espacialmente, [...] se referia a todo o globo e, temporalmente, a todo o gênero humano, cujas interconexões deveriam ser reconhecidas e explicadas, com vistas ao presente [...]” (KOSELLECK, 2013, p. 179). Consolidada desde o final do século XVII no sentido de histórias seculares, a História mundial criticava a soma de todas as histórias especiais e denotava um nível de abstração mais elevado, no sentido em que fazia a intermediação entre pequenas e grandes causas a fim de que a História mundial pudesse se transformar em Filosofia (KOSELLECK, 2013, p. 179-180). Dessa forma, o novo conceito se definia como um campo semântico que renunciava à transcendência, elencando, pela primeira vez, o gênero humano como o sujeito de sua história (KOSELLECK, 2013, p. 180). Já a partir do último terço do século XVIII, a História do mundo adquiriu uma conotação coerente de totalidade e se tornou uma ciência mestra que, embora ainda não tivesse sido escrita, nas palavras de Koselleck, passou a ser a âncora empírica do conceito de história moderna (KOSELLECK, 2013, p. 182). A partir de então, as críticas às representações histórico-universais ganharam força, e a história universal cedeu espaço para a história mundial, conceito que, para o autor, se adequou muito bem à incorporação da natureza e da *história sacra* ao processo histórico geral, possibilitando que o “[...] conceito de História passasse a constituir um conceito-chave da experiência e das expectativas humanas [...]” (KOSELLECK, 2013, p. 177).

Em resumo, a transformação semântica do conceito de história no espaço da língua alemã resultou de dois processos de longa duração: a fusão de dois termos pré-existentes na língua que eram utilizados para designar a história (*Historie* e *Geschichte*) e a configuração de um conceito já existente em coletivo singular (KOSELLECK, 2013, p. 119). O primeiro processo ocorreu entre os séculos XV e XVIII, em que se observa a sobreposição dos dois campos semânticos (KOSELLECK, 2013, p. 129). Nesse ínterim, a palavra estrangeira *Historie* que o idioma alemão utilizava para se referir ao relato e à narrativa dos acontecimentos passou a ser preterida em favor da palavra *Geschichte*, utilizada para descrever um conjunto de acontecimentos, a soma de histórias individuais. Embora ambas as palavras significassem acontecimento e relato, a *Geschichte* sofreu um fortalecimento no léxico alemão porque abarcava, simultaneamente, os significados de acontecimento e representação, enquanto a *Historie* se restringia aos fatos individuais (KOSELLECK, 2006, p. 48). De acordo com Koselleck, a fusão das duas terminologias se completou no último terço do século XVIII, quando a *Geschichte* incorporou os significados da *Historie* e passou a expressar tanto a situação objetiva, quanto a sua representação e ciência. Além disso, a *Geschichte* impulsionou novas reflexões acerca do tempo histórico que contribuíram para a constituição de um novo espaço de experiência caracterizado pela possibilidade de se fazer juízos históricos (KOSELLECK, 2013, p. 128), o que nos leva ao segundo processo de longa duração: a transformação do conceito em um singular coletivo. Ao mesmo tempo em que *Historie* e *Geschichte* se sobrepunham, vinha à tona o conceito de filosofia da história. Foi ela quem possibilitou uma cronologia própria à *Geschichte* e retirou a subordinação do cálculo sobre os eventos históricos a elementos divinos ou metafísicos, transformando a história em um evento único e singular (KOSELLECK, 2006, p. 54). Em vista disso, a "nova história" (*Geschichte*) perdeu o caráter exemplar da "velha história" (*Historie*) e passou a poder expressar-se somente a si mesma, o que contribuiu para o esvaziamento de sentido do *topos historia magistra vitae* (história mestra da vida). Dessa forma, a "nova" *Geschichte* passou a representar uma mudança na experiência, uma nova percepção do tempo que manifestava o advento de uma nova época, a modernidade.

### **3 HISTORIE E GESCHICHTE: A UTILIZAÇÃO DOS TERMOS POR LEOPOLD VON RANKE E A FORMULAÇÃO DO SEU CONCEITO DE HISTÓRIA**

Voltando à premissa de que, diferentemente da palavra, todo conceito indica uma profundidade maior do que simplesmente a interpretação usual dada a determinada expressão lexical (KOSELLECK, 1992, p. 136), cabe-nos, agora, analisar as ocorrências de *Historie* e *Geschichte* por Leopold von Ranke para designar a história, a fim de que possamos compreender como a escolha semântica do historiador revela a sua própria percepção sobre o fazer histórico.

Ranke foi um escritor prolífico, deixando um legado de diversas cartas, manuscritos, discursos e conferências, além de dezenas de livros publicados, em vida e postumamente. Devido à impossibilidade de analisarmos a completude de suas obras dentro de um Trabalho de Conclusão de Curso, deteremo-nos sobre alguns dos livros publicados por Leopold von Ranke em vida. Isso significa que analisaremos aquelas obras publicadas entre 1824, ano de publicação de seu primeiro livro *Geschichten der romanischen und germanischen Völker*, e 1879, quando publicou os dois últimos volumes da *Zwölf Bücher preußischer Geschichte*, seu penúltimo trabalho. A sua última grande obra, a *Weltgeschichte*, não figura entre as obras selecionadas porque as versões digitalizadas dos seus nove volumes em repositórios digitais não permitiram a utilização de comandos de buscas por palavras, sobretudo por conta da utilização da fonte Fraktur.

No Quadro I, está a lista das obras selecionadas. Essa seleção foi realizada porque muitos textos e outros documentos de Ranke foram agrupados e publicados postumamente e não foi possível encontrar nenhuma lista definitiva de todos eles. Além disso, demos preferência às primeiras edições das obras, quando estas permitiram a utilização de comandos de buscas por palavras. Quando não foi possível, selecionamos a edição mais antiga que permitisse a utilização do recurso. Assim, utilizamos a primeira edição das seguintes obras: *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber*; *Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*; *Die serbische Revolution*; *Über die Verschwörung gegen Venedig, im Jahre 1618*; volumes 1 e 3 da obra *Die römischen Päpste, ihre Kirche und ihr Staat im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*; *Zur Geschichte der italienischen Poesie*; volumes 1, 2 e 6 da obra *Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation*; volumes 2 e 3 da

obra *Neun Bücher preußischer Geschichte*; volumes 1 a 5 da obra *Französische Geschichte, vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*; *Englische Geschichte, vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*; *Zur deutschen Geschichte; Geschichte Wallensteins; Der Ursprung des Siebenjährigen Krieges; Die deutschen Mächte und der Fürstenbund; Genesis des Preußischen Staates; Ursprung und Beginn der Revolutionskriege 1791 und 1792; Zur Geschichte von Oesterreich und Preußen zwischen den Friedensschlüssen zu Aachen und Hubertusburg; Friedrich der Große; Serbien und die Türkei im neunzehnten Jahrhundert*; e *Zwölf Bücher preußischer Geschichte*.

Em contrapartida, utilizamos a segunda edição da obra *Geschichten der romanischen und germanischen Völker*; do volume 1 da obra *Neun Bücher preußischer Geschichte*; da obra *Aus dem Briefwechsel Friedrich Wilhelms IV. mit Bunsen*; e da obra *Hardenberg und die Geschichte des preussischen Staates von 1793 bis 1813*.

As terceiras edições, ficaram restritas ao volume 2 da obra *Die römischen Päpste, ihre Kirche und ihr Staat im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*; os volumes 3 e 5 da obra *Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation*; do volume 6 da obra *Französische Geschichte*; e da obra *Die Osmanen und die spanische Monarchie im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*.

Por fim, utilizamos a quinta edição do volume 4 de *Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation*.

De um ponto de vista metodológico, levantamos nesse corpus documental todas as ocorrências dos termos *Historie* e *Geschichte*, a fim de que possamos entender as possíveis motivações que levaram o intelectual a utilizar ora um, ora outro conceito, assim como analisar se houve, ou não, preferência de Ranke por algum desses termos para designar a história.

Como metodologia de análise, destacamos que os termos *Historie*, *Historien*, *Geschichte* e *Geschichten* foram contabilizados somente quando contidos nos subtítulos e no corpo do texto das obras, excluindo-se as menções presentes nas notas de rodapé, em citações de obras de outros autores e, particularmente, nos títulos das obras de Ranke, sobretudo porque os títulos se repetiam no topo de cada uma das páginas em várias de suas obras, o que poderia gerar inconsistências nos dados da análise. Além disso, os termos foram contabilizados somente quando apareciam puramente, sendo desconsiderados quando

apareciam na forma de palavras compostas, como, por exemplo, *Universalhistorie*, *Reformationsgeschichte* e *Naturalgeschichte*.

Como dissemos e listamos anteriormente, selecionamos vinte e quatro (24) obras escritas por Leopold von Ranke no decorrer de sua vida, partindo desde o seu primeiro livro publicado em 1824, quando tinha 29 anos, até a sua penúltima publicação em vida, já com mais de 80 anos de idade, isto é, seus escritos da maturidade.

Quadro I – Obras selecionadas de Leopold von Ranke

<b>Ano da primeira edição</b>	<b>Título original</b>	<b>Tradução livre para o português</b>	<b>Volumes</b>	<b>Edição utilizada na pesquisa e data de publicação</b>
1824	<i>Geschichten der romanischen und germanischen Völker: von 1494 bis 1514</i>	Histórias dos Povos Latinos e Germânicos, de 1494 a 1514	Volume único	2ª edição (1874)
1824	<i>Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber . Eine Beylage zu desselben romanischen und germanischen Geschichten</i>	Para a crítica dos historiadores modernos. Um suplemento às mesmas histórias românicas e germânicas	Volume único	1ª edição (1824)
1827	<i>Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert: vornehmlich aus ungedruckten Gesandtschafts-Berichten</i>	Príncipes e povos do sul da Europa nos séculos XVI e XVII: principalmente de relatórios de embaixadas não publicados	Volume único	1ª edição (1827)
1829	<i>Die serbische Revolution. Aus serbischen Papieren und Mittheilungen</i>	A Revolução Sérvia	Volume único	1ª edição (1829)
1831	<i>Über die</i>	Sobre a conspiração	Volume único	1ª edição (1831)

	<i>Verschwörung gegen Venedig, im Jahre 1618</i>	contra Veneza, em 1618		
1834 a 1836	<i>Die römischen Päpste, ihre Kirche und ihr Staat im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert</i>	A história dos papas nos últimos quatro séculos	3 volumes	Vol. 1 - 1ª edição (1834) Vol. 2 - 3ª edição (1845) Vol. 3 - 1ª edição (1836)
1837	<i>Zur Geschichte der italienischen Poesie</i>	Sobre a história da poesia italiana	Volume único	1ª edição (1837)
1839 a 1847	<i>Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation</i>	História da Alemanha na época da Reforma	6 volumes	Vol. 1 - 1ª edição (1839) Vol. 2 - 1ª edição (1839) Vol. 3 - 3ª edição (1852) Vol. 4 - 5ª edição (1873) Vol. 5 - 3ª edição (1852) Vol. 6 - 1ª edição (1847)
1847 a 1848	<i>Neun Bücher preußischer Geschichte</i>	Memórias da Casa de Brandemburgo e história da Prússia	9 livros, em 3 volumes	Vol. 1 - 2ª edição (1848) Vol. 2 - 1ª edição (1848) Vol. 3 - 1ª edição (1848)
1852 a 1861	<i>Französische Geschichte, vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert</i>	Guerras civis e monarquia na França no século XVI e XVII: uma história da França, sobretudo durante esse período	6 volumes	Vol. 1 - 1ª edição (1852) Vol. 2 - 1ª edição (1854) Vol. 3 - 1ª edição (1855) Vol. 4 - 1ª edição (1856) Vol. 5 - 1ª edição (1861) Vol. 6 - 3ª edição (1879)
1857	<i>Die Osmanen und die spanische</i>	Os otomanos e a monarquia	Volume único	3ª edição (1857)

	<i>Monarchie im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert</i>	espanhola dos séculos XVI e XVII		
1859 a 1868	<i>Englische Geschichte, vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert</i>	História da Inglaterra, principalmente nos séculos XVI e XVII	7 volumes	Vol. 1 - 1ª edição (1859) Vol. 2 - 1ª edição (1860) Vol. 3 - 1ª edição (1861) Vol. 4 - 1ª edição (1863) Vol. 5 - 1ª edição (1865) Vol. 6 - 1ª edição (1866) Vol. 7 - 1ª edição (1868)
1868	<i>Zur deutschen Geschichte. Vom Religionsfrieden bis zum dreißigjährigen Krieg</i>	Sobre a história da Alemanha. Da Paz Religiosa à Guerra dos Trinta Anos	Volume único	1ª edição (1868)
1869	<i>Geschichte Wallensteins</i>	História dos Wallensteins	Volume único	1ª edição (1869)
1871	<i>Der Ursprung des Siebenjährigen Krieges</i>	A Origem da Guerra dos Sete Anos	Volume único	1ª edição (1871)
1871 a 1872	<i>Die deutschen Mächte und der Fürstenbund: deutsche Geschichte von 1780 bis 1790</i>	As Potências Alemãs e a Liga dos Príncipes	2 volumes	Vol. 1 - 1ª edição (1871) Vol. 2 - 1ª edição (1872)
1873	<i>Aus dem Briefwechsel Friedrich Wilhelms IV. mit Bunsen</i>	Da correspondência de Friedrich Wilhelm IV com Bunsen	Volume único	2ª edição inalterada (1874)
1874	<i>Genesis des Preußischen Staates. Vier Bücher Preußischer Geschichte</i>	Gênesis do Estado Prussiano. Quatro livros de história prussiana	Volume único	1ª edição (1874)

1875	<i>Ursprung und Beginn der Revolutionskriege 1791 und 1792</i>	Origem e início das guerras revolucionárias de 1791 e 1792	Volume único	1ª edição (1875)
1875	<i>Zur Geschichte von Oesterreich und Preußen zwischen den Friedensschlüssen zu Aachen und Hubertusburg</i>	Sobre a história da Áustria e da Prússia entre os tratados de paz em Aachen e Hubertusburg	Volume único	1ª edição (1875)
1879	<i>Hardenberg und die Geschichte des preussischen Staates von 1793 bis 1813</i>	Hardenberg e as História dos Estados Prussianos de 1793 a 1813	3 volumes	2ª edição (1879)
1878	<i>Friedrich der Große. Friedrich Wilhelm IV. Zwei Biographien</i>	Frederico, o Grande. Friedrich Wilhelm IV. Duas biografias	Volume único	1ª edição (1878)
1879	<i>Serbien und die Türkei im neunzehnten Jahrhundert</i>	Sérvia e Turquia no século XIX	Volume único	1ª edição (1879)
1878 a 1879 <sup>8</sup>	<i>Zwölf Bücher preußischer Geschichte</i>	Doze livros da história prussiana	Continuação da obra <i>Neun Bücher preußischer Geschichte</i> . Volume único	1ª edição (1874)

Como mencionamos inicialmente, a utilização de dois conceitos distintos para designar a história por Leopold von Ranke não é novidade, uma vez que historiadores como André de Melo Araújo, Julio Bentivoglio e Sérgio da Mata, entre outros, já destacaram essa característica presente nas obras do intelectual alemão. Entretanto, sobre este fato, Sérgio da Mata, especialmente, afirmou que, no que concerne à tendência da substituição da *Historie*

<sup>8</sup> Encontramos algumas inconsistências sobre a data da primeira publicação dos últimos volumes da História Prussiana de Leopold von Ranke. Ao procurarmos as suas versões digitalizadas em repositórios digitais, não encontramos a primeira edição que, segundo os estudiosos de sua obra, data de 1878 a 1879. Assim, optamos por utilizar a publicação da obra presente na coletânea *Sämtliche Werke* (Obras Completas), que no original em alemão, data de 1874.

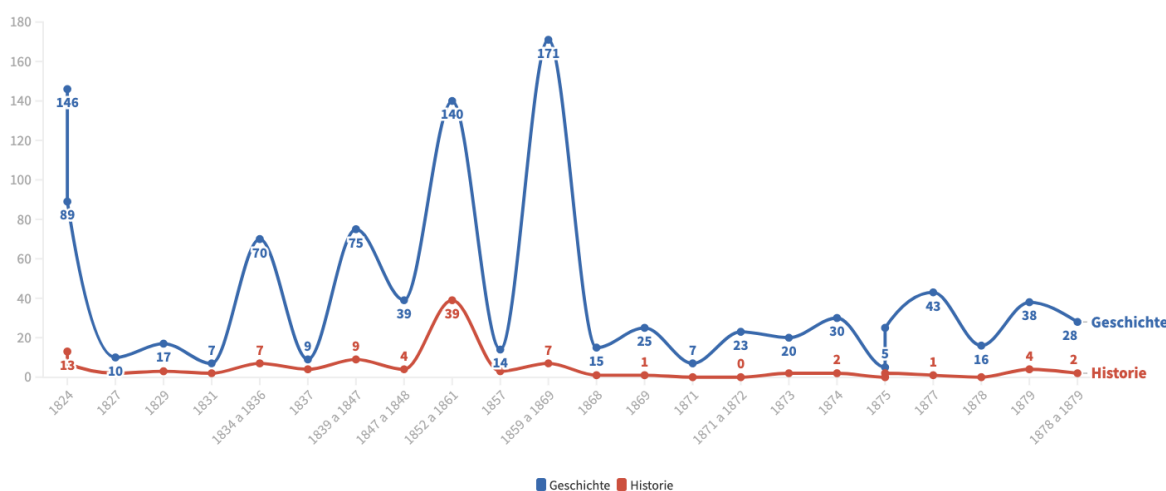


pela *Geschichte* no espaço da língua alemã, que de acordo com Reinhart Koselleck estaria completa por volta de 1750, mesmo após oitenta anos Ranke continuou "[...] a dar preferência ao primeiro conceito para designar tanto a disciplina quanto seu objeto" (MATA, 2015, p. 196), originando a problemática deste trabalho. Daqui por diante, portanto, procuraremos responder ou, pelo menos, discutir, se é possível observar, nas obras de Leopold von Ranke, uma preferência por determinado conceito para designar a história.

Para discutirmos a possibilidade de observar uma possível preferência pelo termo *Historie* em detrimento do termo *Geschichte* nas obras de Leopold von Ranke, optamos por fazer uma análise quantitativa das menções a ambos os termos, assim como às suas formas plurais (*Historien* e *Geschichten*), nas vinte e quatro (24) obras selecionadas do historiador (descritas no Quadro I). A análise das ocorrências dos termos *Historie* e *Geschichte* nas principais obras de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879 permitiu-nos a observação de uma estimativa, uma tendência na sua escrita histórica, que nos deteremos a partir de agora.

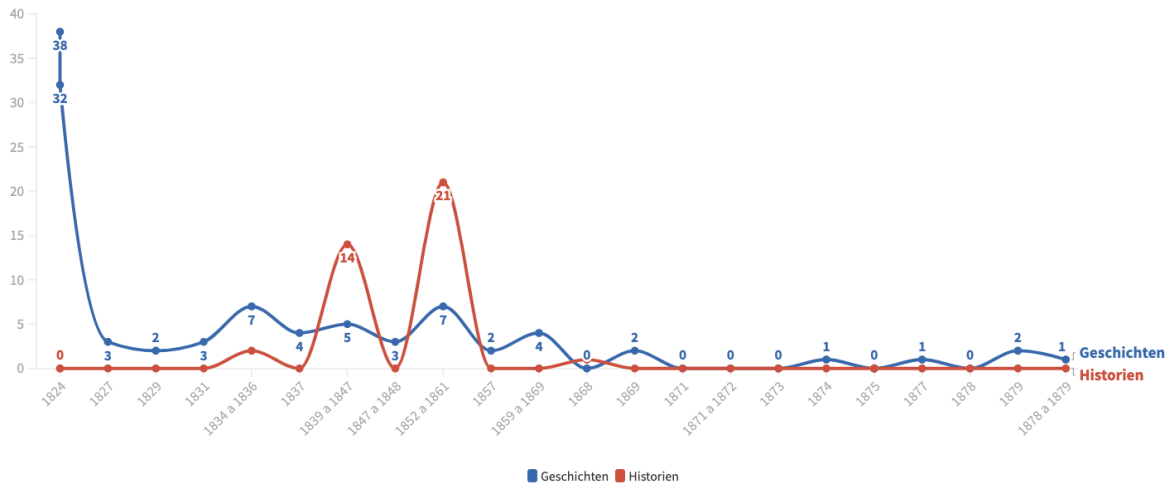
Levando em consideração a metodologia anteriormente descrita, sintetizamos em gráfico as menções aos termos *Historie* e *Geschichte* (Figura II), assim como às suas formas plurais, *Historien* e *Geschichten* (Figura III), na seleção das obras publicadas em vida pelo historiador entre 1824 e 1879.

Figura II – Menções aos termos *Historie* e *Geschichte* (singular) nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879



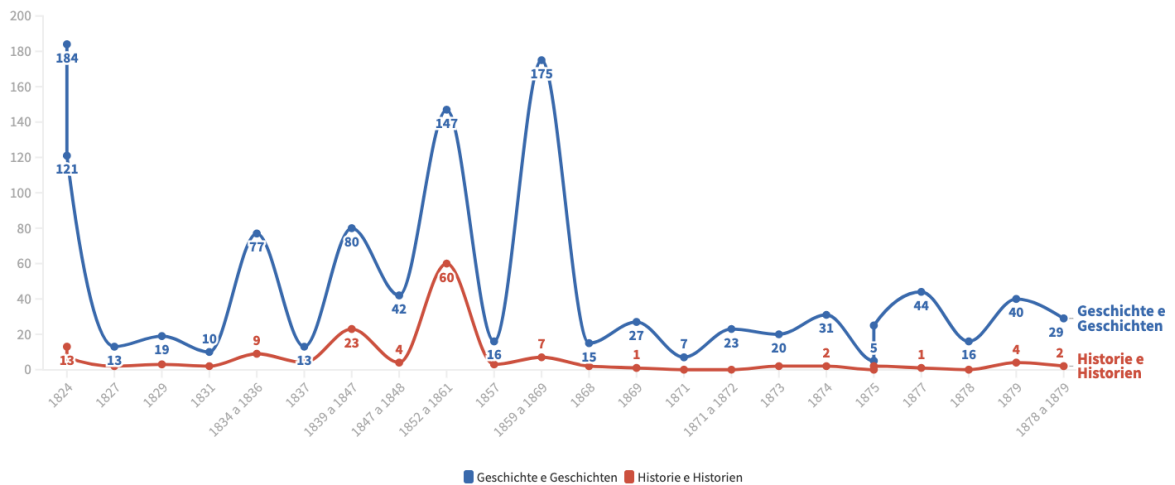
Fonte: apuração da autora, 2022.

Figura III – Menções aos termos *Historien* e *Geschichten* (plural) nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879



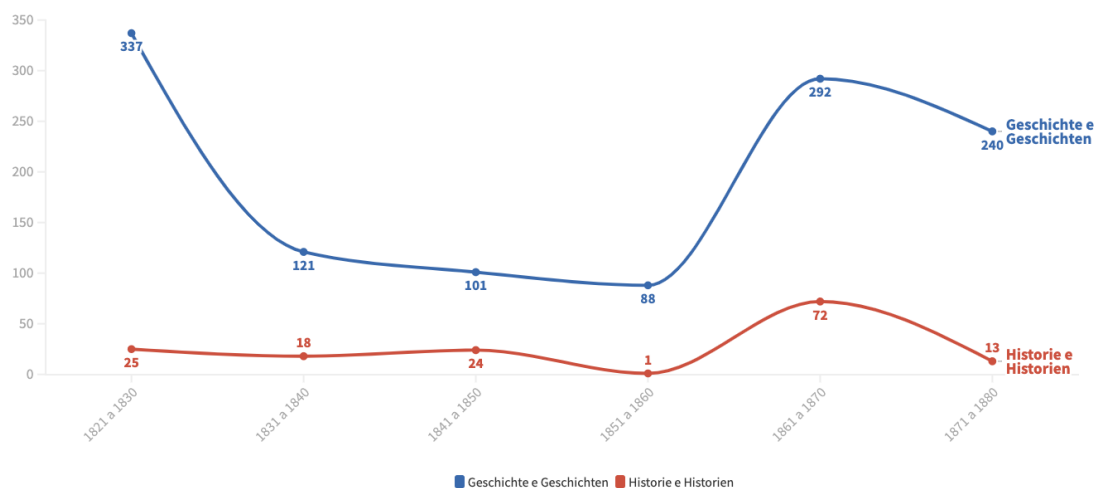
Fonte: apuração da autora, 2022.

Figura IV – Número total de menções aos termos *Historie*, *Historien*, *Geschichte* e *Geschichten* nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879



Fonte: apuração da autora, 2022.

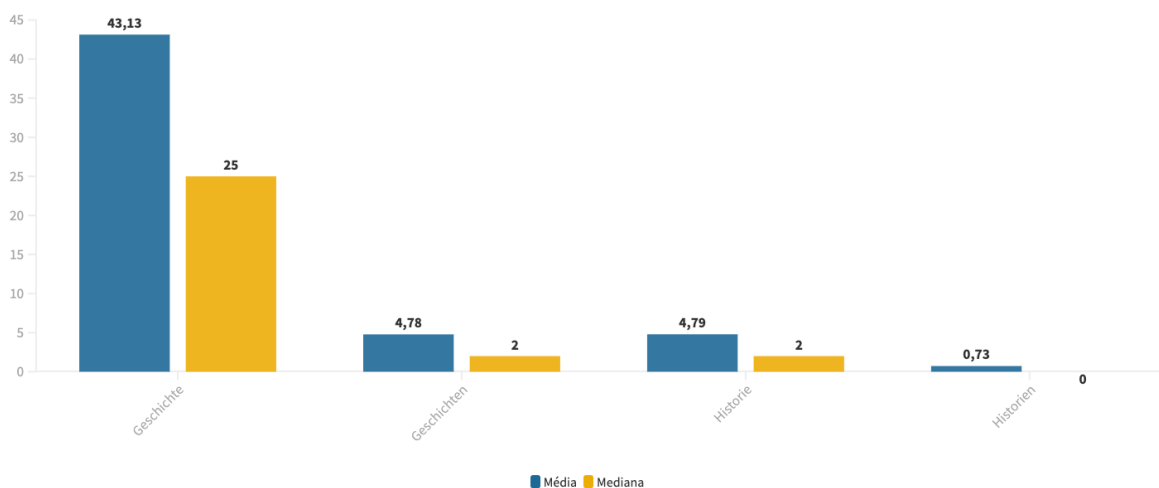
Figura V – Número total de menções aos termos *Historie*, *Historien*, *Geschichte* e *Geschichten* nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879, agrupadas por décadas



Fonte: apuração da autora, 2022.

Como se pode observar nos gráficos acima, com relação aos termos utilizados no idioma alemão para designar a história, sobretudo no singular (*Historie* e *Geschichte*), em todas as obras selecionadas de Leopold von Ranke as menções ao moderno conceito de história foram mais numerosas. No que concerne às formas plurais dos termos (*Historien* e *Geschichten*), apenas em três obras as ocorrências ao antigo conceito de história se sobressaíram, são elas: *Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation*, com 14 (quatorze) menções para *Historien* e 5 (cinco) menções para *Geschichten*; *Französische Geschichte*, com 21 (vinte e uma) menções para *Historien* e 7 (sete) menções para *Geschichten*; e *Zur deutschen Geschichte*, com 1 (uma) menção para *Historien* e nenhuma menção para *Geschichten*. Ao todo, portanto, contabilizamos 1.179 (um mil, cento e setenta e nove) menções ao moderno conceito de história e à sua forma plural, *Geschichte* (1.062) e *Geschichten* (117), enquanto ao antigo conceito de história, no singular e no plural, *Historie* (115) e *Historien* (38), totalizaram apenas 153 (cento e cinquenta e três) menções. Ademais, quando transformamos esses números absolutos em médias e medianas da utilização desses termos por Leopold von Ranke ao longo de sua vida (Figura VI), mais uma vez se destaca a utilização da *Geschichte* em detrimento da *Historie* na produção historiográfica do intelectual, reforçando a hipótese de Koselleck sobre a construção do moderno conceito de história no espaço alemão.

Figura VI – Médias e medianas da utilização dos termos *Historie*, *Historien*, *Geschichte* e *Geschichten* nas obras selecionadas de Leopold von Ranke entre 1824 e 1879

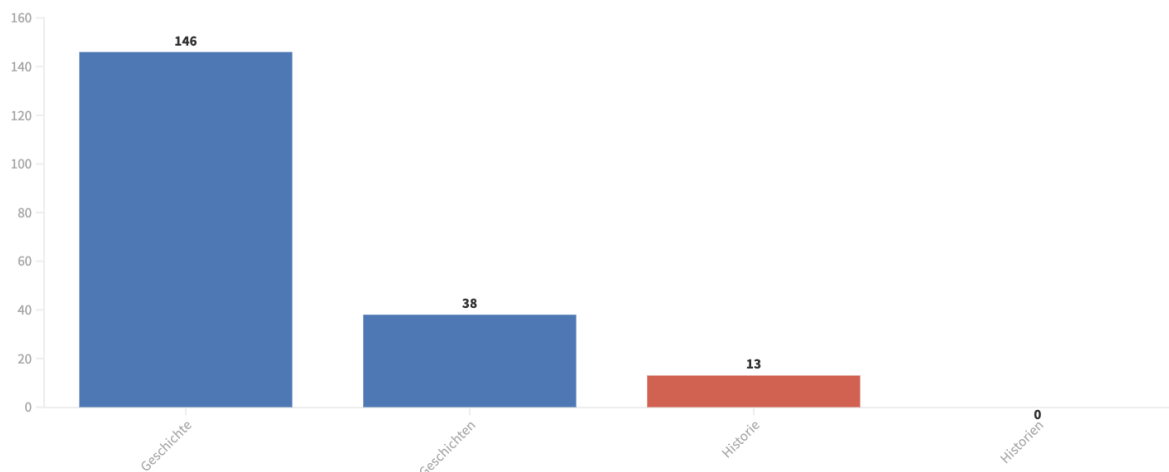


Fonte: apuração da autora, 2022.

Essas informações, por si mesmas, questionam a afirmação de que, mesmo após oitenta anos da substituição da *Historie* pela *Geschichte* no espaço da língua alemã, o intelectual continuava a dar preferência ao primeiro conceito (MATA, 2015, p. 196). Nesse sentido, ressaltamos que Sérgio da Mata fez essa observação com base na leitura que realizou a partir da sua tradução do manuscrito *O Conceito de História Universal* (1831), onde, de fato, há um número maior de ocorrências do termo *Historie*, e que veremos mais adiante. Entretanto, acreditamos que o documento em particular não reflete toda a produção historiográfica do intelectual alemão.

Além do mais, novamente, se observarmos a utilização dos termos para designar a história apenas no primeiro livro do historiador, *Geschichten der romanischen und germanischen Völker*, e que data do período aproximado ao argumento de Sérgio da Mata, ainda assim, as menções ao moderno conceito de história são mais numerosas que ao primeiro conceito, com 146 (cento e quarenta e seis) menções para *Geschichte*, e 13 (treze) menções para *Historie* (Figura VII).

Figura VII – Menções aos termos *Historie*, *Historien*, *Geschichte* e *Geschichten* no primeiro livro de Leopold von Ranke, *Geschichten der romanischen und germanischen Völker*, de 1824



Fonte: apuração da autora, 2022.

Todavia, estamos conscientes de que essa análise quantitativa não fornece informações sobre o contexto de utilização desses termos, tampouco mostra se houve alguma diferença com o passar do tempo no emprego e significado dessas palavras. Para tal, seria preciso examinar todos os trechos em que o historiador menciona os termos *Historie* e *Geschichte* para designar a história e, a partir de então, montar uma espécie de "léxico rankeano", o que não é possível de alcançarmos com este trabalho. Porém, a contabilização do número de menções aos termos e suas formas plurais nas principais obras de Leopold von Ranke nos parece suficiente para afirmar que não houve preferência pelo conceito que o idioma alemão utilizava, até meados da primeira metade do século XVIII, para descrever os relatos de acontecimentos individuais e a capacidade exemplar e moral das experiências históricas, isto é, a *Historie*. Do contrário, o alto número de menções ao moderno conceito de história desde a publicação do seu primeiro livro nos parece revelar que Ranke compreendia o termo *Geschichte* como um conceito muito mais abrangente, que descrevia tanto a situação objetiva, quanto a sua representação e a ciência a seu respeito. E é justamente porque Ranke utilizou os dois conceitos para designar a história, não havendo uma mudança na sua escolha semântica no decorrer do seu amadurecimento enquanto historiador, que estamos certos de que o intelectual estava consciente dos significados de ambas as palavras, mas que, muito

provavelmente, teria ressalvas quanto ao moderno conceito de história, sobretudo pelo rompimento da *Geschichte* com o elemento divino e a sua noção de progresso.

*O conceito de História Universal* é um manuscrito redigido por Leopold von Ranke em 1831 e publicado postumamente em 1954 pelo historiador Eberhard Kessel na *Historische Zeitschrift*<sup>9</sup>, e traduzida para o português em 2010<sup>10</sup>. De acordo com Kessel, a primeira versão do manuscrito foi publicada em 1930 na dissertação do estudante Marcks-Schüler Erich Mülbe, intitulada *Selbstzeugnisse Rankes über seine historische Theorie Und Methode* (em tradução própria, Testemunhos pessoais de Ranke sobre sua teoria e método histórico) (KESSEL, 1954, p. 273). Em complemento, Kessel afirma que, de acordo com o catálogo de cursos da Universidade de Berlim, Ranke deu apenas uma palestra independente sobre o estudo da história no inverno de 1831-1832. Entretanto, o historiador destaca que Ranke sempre iniciava suas palestras particulares e gerais com discussões teóricas curtas ou longas sobre a ideia e o estudo da história geral, o que faz com que não seja possível determinar se o fragmento descoberto por Mülbe pertence à palestra de 1831, ou se está relacionado à outras exposições anteriores ou posteriores do historiador alemão. Apesar das lacunas existentes quanto à origem do documento, porém, Kessel afirma que a descoberta do manuscrito confirma o interesse teórico de Ranke e a sua necessidade de apresentar suas concepções teóricas aos seus alunos (KESSEL, 1954, p. 274).

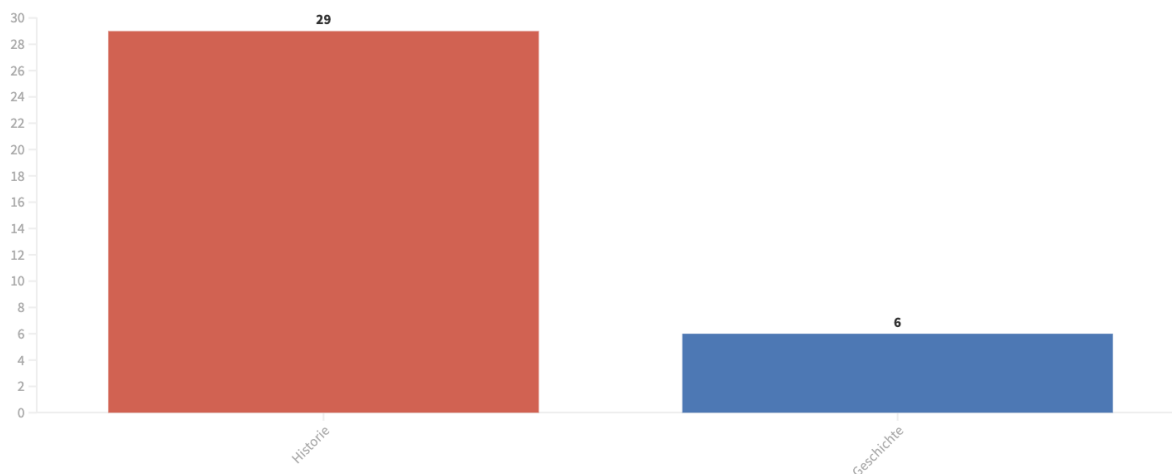
Assim, consideramos este documento de grande importância para a condução deste trabalho porque constitui possivelmente a primeira síntese teórica do pensamento histórico de Leopold von Ranke, além de que, para Sérgio da Mata, é onde se pode observar que o historiador estaria "[...] dividido entre (ou em plena transição entre) dois mundos" (MATA, 2015, p. 196), isto é, no que pese à tendência da substituição do termo *Historie* por *Geschichte* no espaço da língua alemã. De fato, se observarmos o número de menções aos termos supracitados no documento de 1831 no original em alemão, veremos que o número de ocorrências do termo *Historie* é superior ao do termo *Geschichte* (Figura VIII):

---

<sup>9</sup> A *Historische Zeitschrift* (Revista Histórica) é um periódico semestral dedicado à divulgação da ciência histórica alemã e que foi proposto pelo rei Maximiliano II da Baviera a Leopold von Ranke em 1859, que repassou a tarefa ao seu pupilo Heinrich von Sybel (BENTIVOGLIO, 2011, p. 82).

<sup>10</sup> RANKE, Leopold von. *O conceito de história universal*. In.: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A História pensada: teoria e método da historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 202-215.

Figura VIII – Menções aos termos *Historie* e *Geschichte* no manuscrito *Idee der Universalhistorie* (O conceito de História Universal), de 1831



Fonte: apuração da autora, 2022.

Entretanto, acreditamos que este texto em particular não reflete uma tendência de substituição da *Historie* pela *Geschichte* por Leopold von Ranke, visto que, desde 1824, data da publicação do seu primeiro livro, as ocorrências ao moderno conceito de história sempre foram mais numerosas.

Retomando o que discurremos anteriormente, de que ao cunhar o conceito de *Sattelzeit*, que caracteriza o período de aceleração histórica que contribuiu para a mudança conceitual no conceito de história e que marcaria a emergência da modernidade (PALTI, 2001, p. 09), Reinhart Koselleck delimitou uma experiência no tempo que estabelecia a superação do topos *historia magistra vitae*, responsável por orientar a forma como os historiadores compreendiam seu objeto e a sua produção ao fornecerem exemplos para a vida. De acordo com a hipótese de Koselleck, então, a partir da época moderna, houve a abertura de um novo espaço de experiência, uma nova história dotada de uma qualidade temporal própria que percebia diferentes tempos e períodos de experiência no lugar de um passado como exemplo (KOSELLECK, 2006, p. 47). Para o historiador, o que possibilitou o surgimento dessa nova história, expressa no termo *Geschichte*, foi a diminuição da presença das expectativas escatológicas cristãs, isto é, a sua capacidade de renunciar ao elemento divino. Assim, a partir de reflexões acerca do tempo histórico e da nova compreensão do termo *Geschichte*, os historiadores deixaram de se orientar pela mística figural do simbolismo numérico dos

cristãos, pelas órbitas das estrelas ou pela sucessão natural de gerações de soberanos (KOSELLECK, 2013, p. 127), sobretudo porque a constituição do novo conceito de história, a partir da segunda metade do século XVIII, permitiu a abertura de um novo espaço de experiência caracterizado pela possibilidade de se fazer juízos históricos e pela subordinação das histórias individuais à própria história (KOSELLECK, 2013, p. 128).

Uma vez que Leopold von Ranke deixou explícito no manuscrito de 1831 o fundamento religioso dos seus esforços, seria natural, à primeira vista, afirmarmos que o historiador não adotou o singular coletivo *Geschichte* porquanto discordava da constituição do moderno conceito de história que renunciava ao elemento divino. Ao nosso ver, porém, o alto número de menções ao termo *Geschichte* em suas obras não parece revelar nele uma relutância em adotar o novo termo para designar a história. Ora, se discordamos que Leopold von Ranke teria assumido uma postura relutante em pensar o processo histórico enquanto coletivo singular, por que, então, ele teria recorrido à forma plural do moderno conceito de história, *Geschichten*, no título do seu primeiro livro? Sobre esse aspecto, é importante observar que Ranke distinguia os termos *Historie* e *Geschichte* no manuscrito *O conceito de História Universal* (1831), redigido apenas sete anos após a publicação do seu primeiro livro. Ao utilizar o termo *Historie*, o intelectual se referia tanto à disciplina, quanto ao seu objeto em narrativas menores, mais específicas ou relacionadas à épocas em que a história possuía um caráter exemplar. Em contrapartida, o contexto de utilização do termo *Geschichte* está sempre relacionado a algo maior, à totalidade da história de um povo, época, evento ou fenômeno:

Há nações que não possuem a capacidade para a apoderar-se desse elemento. Os indianos possuíam Filosofia e poesia; todavia lhes faltava a História (*Geschichte*).

É de se notar como entre os gregos a História se desenvolveu a partir da poesia, é derivada desta. Os gregos tiveram uma teoria da pesquisa histórica (*Historie*), a qual, embora seu exercício não possa ser igualado quando visto de hoje, sempre foi significativa (RANKE, 2015, p. 202-203)

De certo modo, em nossa perspectiva, é como se a partir da *Historie* se pudesse chegar à *Geschichte*, como se pode observar no trecho em que o historiador fala do trabalho do filósofo: "[...] Ele reconhece a verdade da História (*Geschichte*) unicamente na medida em que ela se submete ao seu conceito. É isso o que se chama de construir a História (*Historie*)"



(RANKE, 2015, p. 204). Nesse sentido, quanto à escolha semântica pela forma plural do moderno conceito de história para o título do seu primeiro livro, *Geschichten der romanischen und germanischen Völker*, acreditamos que, embora o seu conteúdo trabalhe as histórias de ambos os povos enquanto uma unidade, e daí a utilização do conceito *Geschichte*, ainda assim, o historiador estava abordando as histórias de dois povos, e, por isso, a escolha pela forma plural do conceito, como ele mesmo afirma na introdução do livro:

[...] Nuestra obra abarca solamente una pequeña parte de la historia (*Geschichte*) de estas naciones, que podríamos tal vez llamar el comienzo de la historia moderna. Relata simplemente un serie de historias (*Geschichten*), y no la historia (*Geschichte*) misma (RANKE, 1986, p. 37).

Em suma, uma vez que a constituição da *Geschichte*, a partir de 1750, tenha retirado a subordinação da história a elementos metafísicos, e embora Ranke nunca tenha desvinculado o elemento divino da sua prática história, ao invés de resistir ao moderno conceito de história, parece-nos que Ranke optou pelo termo *Geschichte* porquanto o conceito concebia a compreensão de uma totalidade, noção esta que ele delimitou como a última de suas exigências para a pesquisa histórica. Entretanto, se levarmos em conta que a nova constituição do termo *Geschichte* também pressupunha a ausência de sujeito, uma história em si mesma, e observando que no título de suas obras Ranke manteve a preferência dos sujeitos na história (*A história dos papas, História da Alemanha, Sobre a história da Áustria e da Prússia*, entre outros), não estamos descartando a hipótese de Sérgio da Mata de que no início de sua trajetória Ranke relutava em pensar o processo histórico enquanto coletivo singular, apenas estamos mais inclinados a pensar que o intelectual possuía algumas ressalvas quanto ao moderno conceito de história, persistindo na utilização de ambos os termos, *Historie* e *Geschichte*, em diferentes contextos.

Ainda sobre a escolha semântica de Leopold von Ranke no manuscrito *O conceito de História Universal*, é interessante destacar que o historiador também utilizou diferentes termos para tratar o conceito que dava nome ao texto (*Universalhistorie, Welthistorie* e *Weltgeschichte*). Porém, a escolha do termo *Weltgeschichte* para intitular o último grande projeto de sua vida, escrito após deixar a Universidade de Berlim, reforça a afirmação de Koselleck sobre o processo de conceitualização da História mundial (*Weltgeschichte*) como ciência-mestra no lugar da antiga História universal (*Universalhistorie*) (KOSELLECK, 2013,

p. 166), assim como fortalece a nossa hipótese de que a utilização do termo *Geschichte* pelo historiador muito tinha a ver com a sua consciência dos significados contidos no moderno conceito de história, sobretudo a capacidade de abarcar a compreensão da totalidade.

Por fim, gostaríamos de destacar a compreensão do historiador André de Melo Araújo sobre a utilização dos termos *Historie* e *Geschichte* por Leopold von Ranke. Araújo defende que, em sua última obra, Ranke se fazia consciente da intersecção semântica dos termos *Historie* e *Geschichte*:

Enquanto que em língua portuguesa os dois termos podem ser traduzidos por *história*, Ranke lembrava a seus alunos do compromisso metódico necessário para determinar o que realmente *aconteceu* – tal como expresso no radical do verbo alemão *geschehen*. Nesse sentido, a objetividade da pesquisa é indispensável. Por outro lado, o conhecimento daquilo que realmente aconteceu – *Historie*, *ιστορία* – não deixa de apresentar marcas subjetivas ao desenvolver o que essencialmente ocorreu. Trata-se, no entanto, de uma separação fundamentalmente esquemática e nem sempre necessariamente consequente, uma vez que *Geschichte* e *Historie* "coincidem um com o outro" (RANKE, 1975, p. 188 apud ARAÚJO, 2013, p. 85).

Sobre essa distinção, Araújo menciona o início do manuscrito *O conceito de História Universal*, em que Ranke desenvolve os dois princípios em função das quais a história buscava se definir como ciência, a representação rigorosa dos fatos e o desenvolvimento da unidade e da progressão dos acontecimentos (ARAÚJO, 2013, p. 85):

A História (*Historie*) se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma arte. Ela é ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é apreendido. Outras ciências se contentam simplesmente em registrar o que é descoberto em si mesmo: a isso se soma, na História (*Historie*), a capacidade de recriação (RANKE, 2015, p. 202).

Ou seja, Leopold von Ranke tinha consciência da intersecção semântica dos termos *Historie* e *Geschichte* sobretudo porque, originalmente, ambos significavam acontecimento e relato. Entretanto, o historiador fazia a distinção do termo *Historie*, que utilizava para representar a capacidade de recriação da história, a arte de dar forma aos acontecimentos históricos, do termo *Geschichte*, que utilizava para abordar a existência de um nexos causal entre esses mesmos fatos históricos, a noção de totalidade.

Considerando, então, que as menções ao moderno conceito de história nas principais obras do historiador são mais numerosas que ao antigo conceito, inferimos que Ranke seguiu a tendência de uma série de escritos histórico-teóricos de sua época que passaram a utilizar mais o termo *Geschichte*, sobretudo porque nele confluíam os significados de acontecimento e representação (KOSELLECK, 2006, p. 48). Além disso, embora o historiador pudesse ter ressalvas com relação ao rompimento do moderno conceito de história com o elemento divino e a noção de progresso (que veremos mais adiante), a sua compreensão de que o conhecimento histórico deveria abranger tanto a representação rigorosa dos fatos, quanto o desenvolvimento da unidade e da progressão dos acontecimentos, é fundamental para o nosso entendimento de que Ranke não resistiu em pensar o processo histórico enquanto um coletivo singular, pelo menos não no que concerne à totalidade da sua produção historiográfica.

Dito isto, no próximo capítulo passaremos às considerações do próprio Ranke sobre a história, a fim de que possamos compreender as afinidades existentes entre o seu conceito de história universal e o moderno conceito de história.

#### 4 A CENTRALIDADE DOS CONCEITOS DE HISTÓRIA UNIVERSAL E PROGRESSO PARA O ENTENDIMENTO DO CONCEITO DE HISTÓRIA DE LEOPOLD VON RANKE

Uma vez que levantamos as ocorrências dos termos *Historie* e *Geschichte* nas obras selecionadas de Leopold von Ranke, interessa-nos, agora, discutirmos as possíveis motivações que levaram o historiador alemão a fazer a passagem semântica do conceito de história, dada como completa no idioma alemão a partir da segunda metade do século XVIII por Reinhart Koselleck. Assim, com o intuito de relacionarmos os conceitos históricos utilizados por Ranke à sua prática histórica, daremos prioridade a alguns textos chave do historiador em que este aborda sua perspectiva histórico-universal. Os textos não necessariamente fazem parte das vinte e quatro (24) obras anteriormente descritas, mas foram selecionados porque constituem parte da literatura de Leopold von Ranke disponível em outros idiomas que não o alemão, neste caso, em português e espanhol mexicano. Além disso, nesses trabalhos Leopold von Ranke faz algumas considerações sobre o conhecimento histórico e sobre a ideia de progresso na história, asserções estas que consideramos fundamentais para a escolha semântica do intelectual pelo conceito de história, uma vez que, em nossa perspectiva, podem ter influenciado o historiador a utilizar, em determinados contextos, ora um, ora outro conceito para designar a história. São eles: a preleção *O conceito de História Universal*<sup>11</sup> (1831), publicado postumamente e traduzido para o português em 2010; a tradução mexicana da abertura das conferências *Sobre las épocas en la Historia*<sup>12</sup>, que Ranke deu em 1854 para o rei Maximiliano II da Baviera; e a introdução do seu primeiro livro, *Historia de los pueblos latinos y germanicos de 1494 a 1535*<sup>13</sup> (1824). Dessa forma, daqui por diante, procuraremos a hipótese de Sérgio da Mata sobre a adoção relutante pelo intelectual do termo *Geschichte* revela uma dificuldade do historiador em pensar o processo

---

<sup>11</sup> RANKE, Leopold von. *O conceito de história universal*. In.: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A História pensada: teoria e método da historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 202-215.

<sup>12</sup> Sobre las épocas en la Historia. In: RANKE, Leopold von. *Pueblos y Estados en la Historia Moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 57-63.

<sup>13</sup> Historia de los pueblos latinos y germanicos de 1494 a 1535. In: RANKE, Leopold von. *Pueblos y Estados en la Historia Moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 37-39.

histórico enquanto coletivo singular e quais as implicações teórico-metodológicas da preferência semântica de Ranke na formulação do seu conceito de História.

#### 4.1 O ENTRELAÇAMENTO ENTRE HISTÓRIA UNIVERSAL E GESCHICHTE

Para discutirmos a adoção do termo *Geschichte* por Leopold von Ranke, não nos basta uma análise quantitativa. É preciso, agora, observar as próprias concepções do intelectual alemão sobre a história. Para isso, partiremos ao primeiro texto que consideramos chave para a compreensão da perspectiva histórica de Leopold von Ranke, em que este descreve em minúcias a sua perspectiva sobre o trabalho do historiador e o objetivo da pesquisa histórica.

Leopold von Ranke inicia suas reflexões no *O conceito de História Universal* tratando sobre o caráter da ciência histórica. Nas palavras do historiador, a "[...] História (*Historie*) se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma arte" (RANKE, 2015, p. 202). Isto é, ao passo que as outras ciências se restringem a registrar o que é descoberto, à história se soma a capacidade de recriação, ou seja, a arte de dar forma ao que é apreendido. Do mesmo modo, para o intelectual, enquanto ciência, a história se aproxima da filosofia, e enquanto arte, da poesia, porquanto de maneira semelhante elas se movimentam no plano das ideias. Entretanto, sua diferença estaria no seu próprio material, "[...] dado e condicionado pela empiria [...]" (RANKE, 2015, p. 202), o plano real. Ou seja, a história "[...] não é nem uma coisa nem outra, ela promove a síntese das forças espirituais atuantes na poesia e na Filosofia sob a condição de que tal síntese passe a orientar-se menos pelo ideal – com o qual ambas se ocupam – que pelo real" (RANKE, 2015, p. 202). Nesse sentido, Ranke ressalta que alguns teriam destacado mais o caráter científico da história, enquanto outros, o artístico. Da mesma forma, alguns estariam dando maior ênfase apenas à dimensão real da história, ou somente insistindo na ciência como seu fundamento, o que "[...] levou à redução da História<sup>14</sup> a uma mera parte da Filosofia" (RANKE, 2015, p. 203). Em vista disso, uma vez que a história precisaria ser ciência e arte ao mesmo tempo, vez ou outra, porém, uma de suas qualidades se sobressairiam, sobretudo em preleções, afirma Ranke, em que ela apareceria

---

<sup>14</sup> Não foi possível averiguar a qual termo para designar a história Leopold von Ranke se referia, uma vez que a tradução acrescentou o termo para facilitar a compreensão. No original: "*Man ist dahin gekommen, sie zu einem Theil der Philosophie zu verflüchtigen*" (KESSEL, 1954, p. 291).

somente enquanto ciência, motivo pelo qual o historiador alemão expressa seu desejo de esclarecer o conceito de História Universal (*Welthistorie*): "A arte baseia-se a si mesma: sua existência atesta sua validade, já a ciência, bem como seus conceitos, tem de ser estudada em profundidade, e em seu nível mais íntimo ela deve ser clara" (RANKE, 2015, p. 203).

Ranke começa, então, a tratar sobre o princípio histórico e sobre as exigências que dele resultam para a pesquisa histórica. Sobre o primeiro aspecto, o intelectual afirma que para buscar "[...] um princípio ao qual possa ser atribuída sua própria vida [...]" (RANKE, 2015, p. 204), é preciso ver a história em oposição à filosofia. Isso porque, para o historiador, a filosofia assume pretensões especulativas, possibilitando ao filósofo a capacidade de deduzir os possíveis fenômenos da experiência a partir de um conceito prévio, desconsiderando qualquer experiência:

Daí resulta que o filósofo, partindo de um lugar completamente diferente, de uma verdade descoberta de uma maneira que lhe é própria, constrói a totalidade da História (*Historie*) – como se ela tivesse de ser deduzida a partir de seu conceito de humanidade. Em seguida, não satisfeito em ter de verificar se seu conceito é verdadeiro ou falso a partir do decurso do que realmente aconteceu, ele passa a adequar os eventos ao conceito. Ele reconhece a verdade da História (*Geschichte*) unicamente na medida em que ela se submete ao seu conceito. É isso o que se chama de construir a História (*Historie*) (RANKE, 2015, p. 204).

O historiador alemão, então, expressa desacordo ao procedimento especulativo da filosofia e afirma que, caso ele estivesse correto, a história perderia a sua autonomia para ser simplesmente regida por um teorema da filosofia, fazendo com que por meio do estudo da história "[...] nunca se poderia chegar a uma convicção universal e fundamentada" (RANKE, 2015, p. 204-205). Além disso, sob essa perspectiva, a história também perderia seu fundamento e caráter científicos, e não se poderia falar de "[...] um elemento que lhe fosse próprio, e a partir do qual viveria" (RANKE, 2015, p. 205). Dessa forma, Ranke afirma categoricamente que a história mantém-se em contínua oposição às pretensões filosóficas, uma vez que "[...] a realidade das coisas se afasta do, e escapa ao, conceito especulativo", demonstrando "[...] o caráter particular do princípio que a norteia, e que é oposto ao filosófico" (RANKE, 2015, p. 205).

A fim de mostrar quais ações demonstram que na perspectiva histórica atua um princípio ativo que se opõe à perspectiva filosófica, Leopold von Ranke destaca ainda que à

filosofia sempre ocorrem as reflexões mais elevadas, que ela coloca mais peso no interesse pelo universal, que entende o progresso como essencial, uma vez que "[...] toda especificidade só conta enquanto parte de um todo [...]", e que ela é profética, orientada para a frente (RANKE, 2015, p. 206). Em contrapartida, à história cabem as reflexões acerca das condições da vida e o interesse pelo particular, voltando-se para o específico de maneira especial, além de ver o que é bom e benéfico no existente, direcionando seu olhar para trás (RANKE, 2015, p. 206). A partir de então, o historiador estabelece o princípio que fundamenta sua afirmação sobre a oposição entre filosofia e história:

Enquanto o filósofo, observando a História (*Historie*) a partir de seu campo, busca o infinito por meio do progresso, do desenvolvimento e da totalidade, a História (*Historie*) reconhece o infinito em cada coisa viva, algo de eterno vindo de Deus em cada instante, em cada ser; é este seu princípio vital. Como poderia qualquer coisa existir sem o fundamento divino de sua vida? Por essa razão, como dissemos, a História<sup>15</sup> se inclina com simpatia para o específico. Por esta razão, ela reivindica o interesse pelo particular; reconhece o existente e o que tem valor; opõe-se ao mundancismo negador; ela reconhece até mesmo no erro a sua parcela de verdade; eis por que ela vê nas filosofias já abandonadas, anteriormente vigentes, uma parcela do conhecimento eterno. [...] Este é o fundamento religioso a que nossos esforços nos levam. Nós acreditamos que nada existe senão por meio de Deus (RANKE, 2015, p. 206-207).

Entretanto, embora Ranke tenha estabelecido o fundamento religioso como a fonte dos seus esforços, ele não acreditava ser o objetivo da pesquisa histórica a busca desse princípio mais elevado. Para o historiador, a história se dedica ao concreto, e não ao abstrato nele contido (RANKE, 2015, p. 207). Porém, é do princípio histórico que resultam algumas exigências para a pesquisa histórica. São elas: 1) o amor à verdade; 2) uma investigação documental pormenorizada e aprofundada; 3) um interesse universal; 4) a fundamentação do nexos causal; 5) apartidarismo; e 6) compreensão da totalidade.

A primeira exigência que Leopold von Ranke estabelece para a pesquisa histórica determina que é preciso reconhecer o amor à verdade como o objetivo mais elevado do que

---

<sup>15</sup> Não foi possível averiguar a qual termo para designar a história Leopold von Ranke se referia, uma vez que a tradução acrescentou o termo para facilitar a compreensão. Entretanto, levando em consideração o parágrafo imediatamente anterior, podemos inferir que o historiador se referia à *historie*. No original: "[...] Darum wendet sie sich, wie wir sagten, dem Einzelnen mit Neigung zu; darum macht sie das particulare Interesse geltend; erkennt das Wohlthätige, das Bestehende; widersetzt sich der verwerfenden Veränderlichkeit; sie erkennt selbst in dem Irrthum seinen Antheil an der Wahrheit; aus diesem Grunde sieht sie in den früher dagewesenen verworfenen Philosophien einen Theil der ewigen Erkenntnis" (KESSEL, 1954, p. 295).

almejamos conhecer, a fim de que se crie uma alta consideração por aquilo que aconteceu (RANKE, 2015, p. 207). Caso contrário, o pesquisador pode incorrer no erro de antecipar algo de sua imaginação, trabalhando contra o seu objetivo. Entretanto, para não limitar a pesquisa histórica ao "quando" e ao "onde" de um determinado fenômeno, Ranke defende a necessidade de uma investigação documental, o que nos leva à segunda exigência do historiador alemão para a pesquisa histórica.

Para o intelectual, a investigação documental, pormenorizada e aprofundada, precisa ser dedicada ao próprio fenômeno, suas condições e seu contexto. Ela é uma necessidade para o alcance da capacidade de obter o conhecimento e, por conseguinte, o conhecimento de sua essência e de seu conteúdo (RANKE, 2015, p. 208). Sobre a segunda exigência, Ranke afirma: "[...] Discernimento, coragem e probidade ao dizer a verdade são suficientes: imparcial e modestamente em seus estudos, devem todos transmitir e fazer prevalecer aquilo a que se dedicaram" (RANKE, 2015, p. 208). E é desta imparcialidade que deriva a próxima exigência do princípio histórico.

Na sequência, Ranke estabelece o interesse universal como a terceira exigência para a pesquisa histórica. Nesse aspecto, o intelectual menciona que, até então, a maior parte da história escrita havia se ocupado em estudar as instituições burguesas ou as constituições; os avanços da ciência, as realizações artísticas ou os eventos políticos; a guerra ou a paz. No entanto, como esses campos estão sempre conectados e, por vezes, condicionam-se mutuamente, "[...] é necessário dedicar um interesse uniforme a todos eles [...]" (RANKE, 2015, p. 208), a fim de que se possa compreender um por meio do outro. Portanto, é no interesse uniforme a todos os campos que reside a imparcialidade em Ranke. Entretanto, para que esse esforço minucioso não recaia na produção de uma série de fragmentos, o historiador estabelece a sua próxima exigência para a pesquisa histórica.

A quarta exigência do princípio histórico de Leopold von Ranke é a fundamentação do nexos causal. Para o historiador, caso bastasse a primeira exigência, o amor à verdade, seria suficiente estabelecer uma sequência entre eventos distintos. Porém, existe um nexos, uma relação entre causas e efeitos no estudo da história, que cabe ao historiador investigar:

[...] O que ocorre ao mesmo tempo se toca e influencia mutuamente. O precedente condiciona o posterior. Existe uma articulação íntima entre causa e efeito – mesmo que não possamos datá-la, o nexos causal não está menos presente. Ele existe, e, pelo fato de existir, devemos procurá-lo e conhecê-lo [...] (RANKE, 2015, p. 209).



Ranke denomina essa forma de estudo da história, resultante da relação entre causas e efeitos, de pragmática. Porém, afirma que não a compreende a partir de uma perspectiva convencional, mas sim, de acordo com seus próprios conceitos. Isso porque, para o historiador, desde a formação da historiografia moderna e da sua concentração no agir humano, o pragmatismo disseminou um procedimento egoísta e ancorado na ambição de poder, uma vez que, através da observação livre, as ações dos indivíduos eram "[...] deduzidas, atribuídas, imputadas àquelas ou a quaisquer outras paixões [...]" (RANKE, 2015, p. 209). Nesse sentido, Ranke entendia que o pragmatismo convencional levava à uma percepção histórica "[...] seca, irreligiosa, de falta de caráter, e que conduz ao desespero [...]" (RANKE, 2015, p. 209). Contra ele, Ranke estabelece que, em primeiro lugar, deve-se investigar se é possível descobrir as verdadeiras razões nas informações verdadeiras, o que na sua visão era mais comum do que se acreditava. Somente então, quando não fosse possível, é que seria permitido dar lugar à suposições. A seu procedimento, Ranke chamou de pragmatismo documental e, sobre ele, completou: "[...] Onde falamos os próprios eventos, onde a composição pura revela o nexo entre as coisas, não há necessidade de empregar demasiadas palavras a seu respeito" (RANKE, 2015, p. 210).

A quinta exigência para a pesquisa histórica de Leopold von Ranke é o apartidarismo. Sobre esse aspecto, o historiador afirma que, via de regra, na história universal manifestam-se dois partidos que se enfrentam mutuamente e que, com o decorrer do tempo, não são esquecidos. Posteriormente, quando é chegado o momento do julgamento da história, o intelectual afirma, criticamente, que isso não é feito de forma partidária e que muito frequentemente o passado é julgado a partir da situação atual do historiador. Para Ranke, esse tipo de julgamento, em que interesses próprios podem estar envolvidos, não representa um problema do ponto de vista político, mas do ponto de vista histórico, sim, sobretudo porquanto o historiador deve buscar a verdade. Nesse sentido, o historiador afirma: "[...] cada um dos partidos deverá ser avaliado em sua situação própria, em seu meio e, por assim dizer, em seu conteúdo interno particular. É necessário compreendê-los antes de julgá-los" (RANKE, 2015, p. 210). Todavia, Ranke era consciente de que o historiador possui suas próprias opiniões e de que talvez fosse impossível para este se colocar no ponto equidistante entre duas opiniões opostas. Para Ranke, porém, isso não é o mais importante. Sobre isso, ele define:

[...] Aqui elevamo-nos com a finalidade de obter uma visão da essência dos elementos opostos e em luta, por mais complexa que ela seja. Nós simplesmente não temos de julgar o erro ou a verdade. Destaca-se apenas forma junto à forma, vida junto à vida, efeito e contraefeito. Nossa tarefa é penetrá-los até o fundamento de sua existência e apresentá-los com total objetividade (RANKE, 2015, p. 211).

Além disso, ainda sobre a exigência do apartidarismo, Ranke exemplifica que haviam, na época, dois grandes partidos em luta, e que tomaram para si as palavras *movimento* e *resistência* como bandeiras. Nesse caso, ele afirmou que, embora a história se diferenciasse totalmente de ambas, ela reconhecia o princípio do movimento enquanto evolução e, por essa razão, também reconhecia o princípio da resistência. E conclui:

Exatamente por isso, pelo fato de que a História (*Historie*) reconhece ambos os princípios, é que ela pode ser justa em relação a um e a outro. Ela não tem sequer de decidir teoricamente o conflito, [...]; ela sabe perfeitamente que ele, tal conflito, será decidido segundo a vontade de Deus (RANKE, 2015, p. 212).

Finalmente, a sexta e última exigência do princípio histórico de Leopold von Ranke é a compreensão da totalidade. Sobre esse último aspecto, o historiador afirma que se trata de alvo vivo, uma vez que é possível perceber sua manifestação através da sequência das condições que tornam um fator possível por meio do outro, e que certamente, possuem uma totalidade, um "vir-a-ser" (RANKE, 2015, p. 212). E é a essa totalidade que o historiador deve dedicar toda a sua atenção. Nessa perspectiva, ele exemplifica:

Tratando-se de um povo, não é a todos os elementos individuais de suas manifestações vivas, mas, sim, ao conjunto de seu processo de desenvolvimento, de seus feitos, de suas instituições, de sua literatura que nos fala a ideia que nós simplesmente não podemos ignorar (RANKE, 2015, p. 210).

Nesse sentido, Ranke conclui que só é possível chegar a algo próximo da compreensão da totalidade através de uma investigação rigorosa, aprendizado lento e utilização de documentos. Tampouco, porém, o intelectual cria na possibilidade de se realizar essa tarefa de maneira integral. Entretanto, uma vez que, na sua perspectiva, existe "[...] nitidamente, uma unidade, um avançar das coisas [...], um desenvolvimento [...]" (RANKE, 2015, p. 212), nisto consiste o objetivo final da pesquisa histórica, mesmo que a sua totalidade só seja conhecida por Deus:

Vê-se como a história universal (*Universalhistorie*) [...] é algo tremendamente difícil. Que massa infinita! Quantos esforços diferentes entre si! Quanta dificuldade em captar uma individualidade! Desconhecendo tantas coisas, como haveríamos de identificar por toda a parte o nexos causal? Para não falar em fundamentar a essência da totalidade. Realizar plenamente essa tarefa é algo a meu ver impossível. Somente Deus conhece integralmente a história universal (*Weltgeschichte*) [...] (RANKE, 2015, p. 212).

Ao final do texto, Leopold von Ranke delimita no que consiste o seu conceito de História Universal. Para o historiador, ela compreenderia "[...] em si e por si, o todo da vida da humanidade surgida ao longo do tempo [...]" (RANKE, 2015, p. 213). Porém, uma vez que muito do que foi escrito sobre as existências passadas foi perdido, ou sequer jamais foi escrito, para o intelectual, a história deveria ater-se ao que é possível através da pesquisa documental.

Como expusemos até aqui, na preleção *O conceito de História Universal* (1831), Ranke faz reflexões sobre a dimensão do trabalho historiográfico e delinea aquilo que chama de princípio histórico e as exigências que dele resultam para a pesquisa histórica. E é justamente nessas exigências que residem as afinidades do seu pensamento histórico-universal com o termo *Geschichte*, sobretudo quatro delas: o amor à verdade, a necessidade de um interesse universal, a fundamentação do nexos causal e a compreensão da totalidade. Como já discorremos anteriormente, a nova constituição do moderno conceito de história em um coletivo-singular unificou os significados de história enquanto conjunto de acontecimentos, conhecimento, narrativa e ciência históricos, conferindo uma complexidade muito maior à história, que passou a pressupor um termo sem sujeito que lhe fosse atribuído. O novo caráter autônomo da história, então, formou uma noção de conjunto e aumentou a sua pretensão de verdade. Dessa forma, enquanto um conceito muito mais abrangente e que possuía uma conotação coerente de totalidade, a *Geschichte* coincidiu com a perspectiva histórico-universal de Ranke, que pressupunha tanto a importância das individualidades, quando o estabelecimento de uma relação entre causas e efeitos no estudo da história.

Sobre o texto, no entanto, o historiador Sérgio da Mata afirma que o que se revela é um Ranke "[...] dividido entre (ou em plena transição entre) dois mundos" (MATA, 2015, p. 196), isto é, no que pese à substituição da *Historie* pela *Geschichte*, e completa:

A adoção algo relutante da palavra *Geschichte* parece revelar nele uma resistência a pensar o processo histórico enquanto coletivo singular, como, aliás, revelava o uso plural *Geschichten* no título do seu primeiro livro (MATA, 2015, p. 196).

Como explicitamos anteriormente, não acreditamos que o historiador alemão tenha resistido em adotar a *Geschichte* enquanto um conceito que entendia a história como uma narrativa, uma construção. Sobretudo por conta do alto número de menções ao moderno conceito de história em desfavor da *Historie* (Figura II), tampouco cremos que sua adoção ao termo foi algo relutante, no significado mais estrito do termo. Tal qual a perspectiva de Reinhart Koselleck de que o conceito de história carrega em si mesmo uma experiência histórica (KOSELLECK, 1992, p. 135-136), entendemos que as escolhas semânticas de Leopold von Ranke pelos termos *Historie* e *Geschichte* em diferentes contextos não foi despropositada, mas revela a sua própria interpretação histórica sobre diferentes épocas, eventos ou fenômenos históricos. Dito isto, destacamos dois pontos que consideramos fundamentais sobre a construção do moderno conceito de história, a *Geschichte*, e que, do nosso ponto de vista, pode ter levado Leopold von Ranke a utilizar, em determinados contextos, a *Historie*, e que podem ser observados no manuscrito de 1831. São eles: o rompimento do moderno conceito de história com o elemento divino e a noção de progresso.

#### **4.1.1 O elemento divino**

As asserções de Leopold von Ranke sobre a história e o progresso forjaram uma perspectiva histórico-universal que, hoje, é tido como o cerne do historicismo, que pode ser compreendido como uma concepção histórica dos fenômenos políticos, sociais ou culturais surgida a partir da segunda metade do século XVIII, sobretudo na Alemanha, e preocupada em compreender as intensas mudanças ocorridas na Europa desde os acontecimentos derivados da Revolução Francesa de 1789. Leopold von Ranke foi um dos principais expoentes do historicismo alemão, na forma genética, em que preconizava uma 'visão de mundo' (*Weltanschauung*) que ancorava na história, e não mais na razão iluminista ou na lei natural, o princípio orientador das configurações humanas, e que ressaltou a importância das individualidades, das ideias históricas e da possibilidade de construção de um conhecimento histórico objetivo (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 9).

No livro *A religião da História: as raízes teológicas da moderna ciência histórica* (2018), Marcelo Durão e Julio Benvivoglio colocam Leopold von Ranke, Johann Gustav Droysen (1808-1884) e Wilhelm von Humboldt (1767-1835) como representantes do chamado historicismo "clássico", que entendia que as crenças morais poderiam ser justificadas em termos históricos (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 14). Na obra, os autores sustentam que existiam quatro pressupostos fundamentais da visão de mundo historicista clássica, que se apresentava na maneira que esses intelectuais "[...] ordenavam uma percepção da realidade pautada pelo vir a ser no tempo, provendo coesão para as mudanças encadeadas em suas narrativas de construção identitária" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 15). São eles:

1) a fé professada pela religião protestante; 2) a crença na relação indissociável entre as noções de individual e universal; 3) a convicção teórica quanto a objetividade científica e; 4) a confiança em um decurso positivo para o desenvolvimento da história humana – ou seja, um certo otimismo face ao futuro. (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 15)

O primeiro pressuposto elencado pelos autores é a fé professada pela religião protestante, característica claramente notável nos escritos de Ranke. Entretanto, o lugar conferido a Deus pelo intelectual é difícil de precisar. Isso porque não há nenhuma obra ou ensaio filosófico do autor que sintetize as suas compreensões teóricas sobre história e teologia, sobretudo a protestante. Todavia, o entendimento de que Ranke conferiu lugar superior à providência divina no transcurso dos acontecimentos históricos é tido como consensual na historiografia (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 54).

Como dito anteriormente, desde o nascimento Ranke foi influenciado pelos ensinamentos religiosos da fé protestante. Nascido em uma família luterana, seu primeiro objeto de interesse foi a Teologia, que considerava "[...] a maior de todas as ciências" (MATA, 2015, p. 189). No campo educacional, cursou cinco anos de estudo com o currículo humanista e protestante de Philipp Melancthon na escola secundária de Pforta (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 56). Já na universidade, seguiu com interesse pela Teologia, sobretudo através da leitura dos textos bíblicos, da tradução do livro de Salmos e das cartas do apóstolo Paulo (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 56). O interesse prematuro de Ranke por Lutero, especialmente, ficaria evidente no texto *Das Luther-Fragment*, escrito ao final de sua formação em Leipzig, então com 22 anos de idade, e revela os "[...] vínculos que o historiador

encontraria entre a Teologia luterana e a maneira contemplativa de entender a história desenvolvida em seus escritos subsequentes" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 57). Nesse sentido, foi de Lutero que Ranke importou duas premissas fundamentais para a sua visão de mundo histórica: a ideia de revisão dos textos sagrados se configurou na importância da utilização de fontes primárias, enquanto a influência de Lutero e outros expoentes de seu tempo contribuíram para a compreensão de que "[...] tais homens fazedores de época representavam o vínculo do individual ao geral" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 58). Dessa forma, o cristianismo protestante é considerado a maior de todas as influências para a prática histórica de Ranke, uma vez que possibilitou que ele desenvolvesse uma maneira religiosa de interpretar a história, identificando "[...] ideias da eficácia do poder divino na história e o caráter oculto de Deus no mundo" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 58), em que consiste a raiz de sua visão histórica universal.

Além disso, ao dedicar-se à história durante seus anos de trabalho em Frankfurt an der Oder, Ranke passou a interpretar a história como contida na revelação, atribuindo ao historiador o papel de "[...] tentar revelar algo dos desígnios divinos associados ao próprio desenvolvimento histórico" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 59), como pode ser observado nas palavras do próprio intelectual:

Em toda a história a presença e a vida de Deus podem ser encontradas. Todos os feitos são testemunha de sua presença; cada ação professa o seu nome, mas acima de tudo, eu acredito, as grandes interações da história o fazem. Ele permanece lá como um hieróglifo sagrado, percebido apenas em seu esboço e preservado para que não seja perdido de vista por séculos futuros. Que audácia, portanto! Deixemos que as coisas ocorram como devem ocorrer; de nossa parte, tentemos decifrar esse hieróglifo sagrado. Então sirvamos a Deus; de modo que sejamos tanto sacerdotes, quanto professores (RANKE, 2011, p. 4)<sup>16</sup>.

Ou seja, os anos formativos e os primeiros anos de trabalho de Ranke foram determinantes para o que Marcelo Durão e Julio Bentivoglio (2018, p. 59) chamam de conversão histórico-religiosa do intelectual. Entretanto, os autores defendem que essa característica não resultou em uma prática histórica dogmática ou determinista sobre o entendimento de Ranke acerca da representação ou das noções de causa e efeito na história. Isso porque o intelectual colocava Deus enquanto um elemento inerente aos eventos históricos, em que se poderia

---

<sup>16</sup> Tradução nossa.

perceber a sua atuação nas viradas cruciais desses eventos, porém, limitando-se a esses fenômenos e não levando "[...] o processo histórico a qualquer objetivo exteriormente discernível" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 60).

Isto é, para Ranke, a fé protestante seria a chave para a própria história, mas, apesar disso, o intelectual também destacava a importância da autonomia da história face às premissas teológicas e/ou filosóficas, conferindo em seu entendimento histórico lugar primordial às ações dos indivíduos e da liberdade humana, que jamais seriam compreendidos em sua totalidade (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 60-61).

[...] é possível afirmar que a providência divina teria tido para Ranke o ambíguo papel de libertar a história de pretensões totalizantes, ao mesmo tempo em que o permitia fundamentar o sentido tanto da pesquisa quando dos desenvolvimentos históricos em si. Ao afirmar que "a História reconhece o infinito em cada coisa viva, algo de eterno vindo de Deus em cada instante, em cada ser" (RANKE, 2010, p. 206 apud CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 61), Ranke reafirmava a asserção de que apesar de sua fé religiosa ser um fundamento lógico, ela não se colocava como um ponto de partida ou premissa determinante para as suas digressões a respeito do conhecimento histórico (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 61-62).

O segundo pressuposto fundamental da visão de mundo historicista clássica observada em Leopold von Ranke é a crença na relação indissociável entre as noções de individual e universal. Como dito anteriormente, essa convicção é resultado da fé protestante, em que o intelectual observava em Lutero e em outros expoentes de seu tempo a representação do "[...] vínculo do individual ao geral" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 58), fornecendo uma noção de simultaneidade entre o todo e as suas partes constituintes. Nesse sentido, a "[...] fé de Ranke na providência divina era o que possibilitava o estabelecimento de um elo entre a sua visão idealista do particular e um significado mais elevado para esse recorte individual do passado" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 62).

De acordo com Marcelo Durão e Julio Bentivoglio, esse modo de Ranke de compreender o individual como situado em determinado tempo e lugar pode ser notado à época dos primeiros manuscritos de Ranke em Leipzig, porém, as formulações mais complexas do intelectual sobre o tema foram desenvolvidas em suas palestras sobre política ministradas em Berlim na década de 1830, quando "[...] as noções de individualidade, universalismo e a teoria das ideias (*Ideenlehre*) tomaram lugar proeminente em sua

epistemologia e em sua concepção de história em termos mais amplos" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 63). Nesse momento, Ranke revela sua crença de que a principal tarefa do historiador seria a apreensão das ideias, uma vez que a sucessão destas formariam a estrutura da história universal:

São ideias que aparecem pelos séculos, que são aceitas ou combatidas. Elas aparecem tanto na literatura [...] quanto na atividade dos Estados e das igrejas, que as aplicam em termos práticos. A sucessão dessas ideias e suas tendências formam a grande estrutura da história universal. Apreendê-las é a primeira tarefa do historiador (RANKE, 1965, p. 191 apud CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 63).

Além disso, a importância da apreensão das ideias não se daria porque elas seriam "[...] apenas uma formulação estático-estrutural, estando intimamente ligadas ao princípio de desenvolvimento de um Estado, época ou nação em determinada direção" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 64), mas porque elas remetiam a uma origem divina. Ou seja, de modo geral, Ranke concebia que toda individualidade seria a manifestação de uma ideia que possuiria a sua origem em Deus, e que essas individualidades históricas, bem como o nexo causal dos acontecimentos fariam parte de uma grande totalidade que ele denominava de história universal. E era na ciência histórica que o intelectual reconhecia a capacidade de manter seguro o vínculo das individualidades com uma causa maior da humanidade:

A tarefa ética de cada individualidade histórica, de cada nação ou Estado seria para Ranke o desenvolvimento completo de si. Todos os valores assumiriam uma forma histórica completa, como manifestações específicas de individualidades históricas. Isso tornava não mais a Filosofia ou a Teologia guias para os valores humanos, mas a própria história (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 65).

Em terceiro lugar, Ranke partilha da característica comum na visão de mundo historicista de ter um vínculo estreito com a providência divina. O intelectual desenvolveu a convicção teórica de objetividade científica ancorada sobre a premissa da imparcialidade, isto é, "[...] a habilidade de apresentar as forças da história sem as influências do seu próprio conjunto de valores" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 66).

A história verdadeira deve buscar pela intuição da objetividade; ela deve se projetar acima do ponto de vista partidário. Por sua própria natureza ela



possui um elemento moral e religioso. Mas a moral não consiste em julgar e condenar cada partido de acordo com a visão pré-concebida de alguém; e a visão religiosa não consiste em vincular-se a uma confissão para depreciar e degradar a dos outros. Mas ao contrário, consiste em justificar o direito de vida a cada existência moral e religiosa, mesmo se ela devesse ser limitada (RANKE, 1965, p. 295 apud CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 63).

Ou seja, o ideal de objetividade que Ranke acreditava ser tarefa do historiador cultivar, forneceria "[...] condições iguais a todos os lados, buscando compreendê-los a partir do seu interior e não os interpretando de acordo com os princípios e ideais externos" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 66). Além disso, a convicção teórica de Ranke quanto à objetividade científica também estava profundamente ligada à fé protestante no sentido em que detinha a "[...] crença em uma noção de verdade, associada à imagem e semelhança de Deus" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 67). Sobre esse terceiro aspecto, Marcelo Durão e Julio Bentivoglio frisam que o ideal rankeano de objetividade não era ingênuo, pois não se colocava como algo plenamente tangível, mas sim como um princípio regulador ao ofício do pesquisador (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 66-67). Ademais, os autores destacam que a postura de Ranke era um tanto quanto "vanguardista e desafiadora", uma vez que contrariava grande parte de seus colegas historiadores alemães, "[...] em sua grande parte profundamente partidários, nacionalistas e envolvidos com questões políticas" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 66-67).

Ainda sobre a objetividade científica em Ranke, André de Melo Araújo destaca dois princípios do conhecimento histórico estabelecidos pelo próprio intelectual alemão, na ocasião do seu primeiro trabalho publicado em 1824 (*Geschichten der romanischen und germanischen Völker*): a representação rigorosa dos fatos e o desenvolvimento da unidade e da progressão dos acontecimentos (ARAÚJO, 2013, p. 78). Na obra, Ranke afirmou que pretendia "[...] apenas mostrar o que realmente, o que essencialmente aconteceu [*wie es eigentlich gewesen*]" (RANKE, 1824, p. VII apud ARAÚJO, 2013, p. 77). Nesse sentido, Araújo afirma que a "frase mais citada do historiador alemão" permite três leituras complementares sobre a percepção histórica do autor: a) um problema de método; b) um problema de gênero literário; e c) a tradução do termo *eigentlich* (ARAÚJO, 2013, p. 77-78). As duas primeiras leituras da afirmação de Ranke remetem-nos diretamente ao primeiro princípio do conhecimento histórico elencado pelo intelectual alemão: a representação rigorosa dos fatos. Em primeiro lugar, a intenção de Ranke em narrar o passado tal como ele

*realmente* aconteceu seria um problema de *método* porque mostra a sua preocupação em consolidar uma metodologia de pesquisa ancorada na análise das fontes primárias como exigência fundamental ao trabalho do historiador (ARAÚJO, 2013, p. 77). Já em segundo lugar, a afirmação de Ranke faz referência a um problema de *gênero literário* porque se opõe à utilização de artifícios retóricos próprios à narrativa ficcional (ARAÚJO, 2013, p. 78). A terceira leitura complementar ressaltada por Araújo para a famosa frase de Ranke, por sua vez, faz referência ao segundo princípio do conhecimento histórico do intelectual: o desenvolvimento da unidade e da progressão dos acontecimentos. Nesse sentido, Araújo atenta para uma observação de Georg Iggers sobre a tradução do termo *eigentlich*. Para Iggers, no contexto da frase publicada por Ranke em 1824, "[...] o que *realmente* aconteceu, seria melhor traduzido por *essencialmente*", esclarecendo melhor as ideias filosóficas de Ranke que possuíam "[...] ênfase nos elementos essenciais frente à massa desordenada de eventos históricos" (ARAÚJO, 2013, p. 78). Ou seja, embora para Ranke todos os acontecimentos históricos tivessem o mesmo potencial explicativo, nem todas as histórias seriam essenciais. Dessa forma, sua preocupação com a objetividade científica e com a imparcialidade dos fatos manifestava o seu pensamento histórico-universal, uma vez que Ranke concebia que o historiador deveria esforçar-se em compreender a singularidade dos acontecimentos históricos e o papel dessas histórias singulares na história universal.

Por fim, o quarto e último pressuposto fundamental da visão de mundo rankeana é "[...] a confiança em um decurso positivo para o desenvolvimento da história humana [...]" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 15). Novamente, a providência divina desempenha um papel determinante na percepção histórica do intelectual, uma vez que permite "[...] um tipo otimista de olhar sobre as individualidades históricas e sobre o nexos causal dos acontecimentos presentes na história universal" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 64). Nesse sentido, Ranke acreditava na capacidade da ciência histórica em manter seguro seu vínculo com "[...] uma causa maior da humanidade" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 65). Além disso, visto que toda individualidade seria a manifestação de uma ideia de origem divina, não haveria espaço para o mal na concepção rankeana de história, o que faria da própria história a guia para os valores humanos (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 65).

Como podemos observar até aqui, o pensamento histórico de Leopold von Ranke foi fortemente marcado pelas premissas teológicas cristãs, porquanto se orientava pela crença no significado religioso da história humana. Essas premissas teológicas cristãs possuíam estreita

afinidade com a *Historie*, porquanto ela fornecia exemplos de moral e conduta, e subordinava os acontecimentos históricos ao divino. Em contrapartida, embora o moderno conceito de história, *Geschichte*, rompesse com o elemento metafísico, ele também reconhecia a incomparabilidade e a unicidade dos acontecimentos históricos, convergindo com o entendimento de Ranke de que toda individualidade possuía sua origem em Deus, individualidades essas que, na sua concepção, fariam parte de uma grande totalidade que ele denominava de história universal (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 65). Nesse sentido, "[...] Ranke concebia o historiador como uma espécie de sacerdote incumbido da missão de "decifrar o hieróglifo sagrado" presente na história universal" (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018, p. 88). Dessa forma, concordamos que a visão de mundo religiosa transposta ao saber histórico foi o que permitiu que Ranke, assim como outros expoentes do historicismo clássico, estabelecesse a relação entre o individual e o universal, a crença na objetividade do saber histórico e uma visão otimista para o desenvolvimento da história humana. Entretanto, como afirmamos anteriormente, acreditamos que foi a compreensão de Leopold von Ranke acerca dos significados dos conceitos utilizados para designar a história no idioma alemão, *historie* e *geschichte*, que auxiliou na formulação das suas ideias na história, contribuindo para a constituição da sua perspectiva histórico-universal, visão de mundo que, mais tarde, seria considerada como o centro do historicismo.

#### 4.2 A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE PROGRESSO PARA RANKE

Por último, para discutirmos as implicações teórico-metodológicas da preferência semântica de Ranke na formulação do seu conceito de história, precisamos nos ater a outro conceito determinante para a prática histórica do historiador alemão: o conceito de progresso.

Como discorremos anteriormente, o período de aceleração histórica denominado de *Sattelzeit* por Reinhart Koselleck pressupõe que, a partir do século XVIII, os países de língua alemã tiveram profundas transformações semânticas em seus principais conceitos políticos, o que representou a dissolução da antiga ordem social alemã e instaurou um novo espaço de experiência. A palavra utilizada para designar a história, especialmente, foi a primeira a denotar essa mudança na experiência (KOSELLECK, 2006, p. 278), passando a representar uma nova percepção do tempo que manifestava o advento de uma nova época, a modernidade.

De acordo com Koselleck, nesse contexto de surgimento de uma nova dimensão histórica se estabeleceu uma indispensável relação com o tempo histórico, chamada temporalização (*Verzeitlichung*), e que só foi possível mediante alguns critérios, entre eles, o surgimento de uma experiência básica de progresso, isto é, de que a humanidade estaria se desenvolvendo para um objetivo positivo. Entretanto, desde o início da sua produção historiográfica, Leopold von Ranke teceu críticas ao conceito de progresso na história, aspecto que consideramos fundamental para que o historiador alemão, em determinados contextos, tenha insistido em utilizar o antigo conceito de história, *Historie*, ainda que, no todo de sua obra, as menções ao termo *Geschichte* tenham sido mais numerosas. Dessa forma, vejamos então, algumas observações do próprio historiador sobre o conceito de progresso.

Na abertura das conferências *Sobre las épocas en la Historia*, Leopold von Ranke faz algumas considerações sobre como se deve entender o conceito de progresso na história e o que, em relação à história, deve ser entendido como ideias orientadoras. Sobre o primeiro aspecto, Ranke inicia afirmando que existem duas maneiras de se admitir que a humanidade estaria se desenvolvendo de seu estado primitivo em direção a um objetivo positivo. A primeira delas seria o reconhecimento da existência de uma vontade geral que direciona e guia a evolução do gênero humano de um ponto para outro. A segunda entendendo que a humanidade está dotada de uma natureza espiritual que faz com que as coisas avancem, necessariamente, para um determinado fim (RANKE, 1986, p. 57). Sobre essas duas concepções, porém, o historiador afirma que ambas são filosoficamente insustentáveis, assim como não são historicamente demonstráveis. Isso porque, no campo filosófico, o primeiro ponto se equivaleria à supressão da liberdade humana, levando à compreensão de que os seres humanos não possuiriam vontade própria, enquanto o segundo ponto representaria ou que os homens são deuses, ou que não são nada. No campo histórico, por sua vez, Ranke afirma que as duas possibilidades não são passíveis de demonstração, primeiro porque, na sua opinião, a maior parte da humanidade ainda não teria deixado seu estado primitivo, assim como seria preciso perguntar o que de fato é o progresso e como o progresso da humanidade pode ser conhecido (RANKE, 1986, p. 57). Dessa forma, então, o historiador alemão contrariava a concepção de "certos filósofos" (RANKE, 1986, p. 57), ou seja, os hegelianos, sobre a existência de um progresso geral no decurso da história humana. Entretanto, isso não significa que o intelectual alemão negava a existência de um movimento progressivo do gênero

humano, mas sim que o historiador recusava a ideia de um movimento histórico geral que admitia um progresso constante:

[...] no puede negarse que a través de toda la historia actúa una especie de poder histórico ejercido por el espíritu humano; es un movimiento que arranca ya de los tiempos primitivos y que puede seguirse a lo largo de la historia con ciertas características de continuidad. Sin embargo, nos encontramos con que sólo un sistema de pueblos de los que forman la humanidad participan en este movimiento histórico general, del que otros quedan excluidos. E incluso las nacionalidades inscritas dentro de este movimiento histórico general distan mucho de recorrer un camino de progreso constante (RANKE, 1986, p. 58).

Nesse sentido, Ranke defende que seria errado pensar que a evolução progressiva dos séculos abrangeria, ao mesmo tempo, todos os ramos do saber humano, mencionando como, a seu ver, em meados do século XV e na primeira metade do século XVI a arte teria atingido o seu maior florescimento, enquanto que no final do século XVII e nos primeiros três quartos do século XVIII, ela teria chegado "à sua mais profunda decadência" (RANKE, 1986, p. 58). Ou seja, a existência de períodos de progresso na arte não implicaria, necessariamente, em um movimento de progresso constante. Sendo assim, o historiador explica no que consistiria a sua compreensão do que ele chama de movimento progressivo do gênero humano:

Consiste, sencillamente, en que las grandes tendencias espirituales que dominan la humanidad tan pronto se superan las unas a las otras como se enlazan entre sí.

En cada época de la humanidad se manifiesta, por tanto, una gran tendencia dominante, y el progreso no consiste en otra cosa sino en que cobre cuerpo en cada período histórico un cierto movimiento del espíritu humano que destaca ora una tendencia ora otra y se manifiesta en ella de un modo peculiar (RANKE, 1986, p. 58-59).

Em contrapartida, Ranke afirma que, aqueles que defendem o contrário, de que o progresso consiste no fortalecimento da vida da humanidade ao longo do tempo, sugerindo que cada geração seria superior àquela que a precede, estariam atribuindo uma grande injustiça à divindade, retirando dessas gerações qualquer importância substantiva e relegando-as ao lugar de degrau ou ponte para as próximas gerações. Em que afirma:

Toda época tiene un valor propio, sustantivo, un valor que debe buscarse, no en lo que de ella brote, sino en su propia existencia, en su propio ser. Es esto

lo que da a la historia, y concretamente al estudio de la vida individual dentro de ella, un encanto especial, lo que hace que cada época deba ser considerada como algo con validez propia y que encierra un interés sustantivo innegable para la investigación (RANKE, 1986, p. 59).

A partir da sua concepção de progresso, então, Ranke define que, em primeiro lugar, o historiador deve focar no "modo de viver e pensar dos homens de uma determinada época" e que, a partir disso, ele poderá ver que "cada época tem sua tendência específica e seu próprio ideal" (RANKE, 1986, p. 59). Entretanto, o historiador acrescenta que, embora cada época seja dotada de um valor temporal próprio, o historiador não deve perder de vista o que ela deixa para a posteridade. Assim, em segundo lugar, é dever do historiador analisar as diferenças entre as diferentes épocas, com o intuito de compreender "a necessidade interna de sua conexão e sucessão" (RANKE, 1986, p. 59). A partir desse ponto de vista, então, o intelectual alemão admite que a existência de certos progressos é indiscutível, porém, reafirma sua discordância sobre a apreensão de que o progresso se apresentaria em uma linha reta, em um movimento constante. Além disso, uma vez que, para Ranke, a divindade não conheceria o conceito de tempo, o seu olhar compreenderia toda a humanidade histórica como um todo, não estabelecendo diferenças de valor entre cada uma das épocas, sendo esse o ponto de vista ideal do historiador: "[...] ante Dios, todas las generaciones de la humanidad son iguales, tienen idéntico valor, y ese debe ser también el punto de vista del historiador" (RANKE, 1986, p. 59).

Sobre o segundo aspecto, as chamadas ideias orientadoras da história, Ranke inicia afirmando que rejeita as ideias dos filósofos, sobretudo da escola hegeliana, que defendiam que a história da humanidade se desenvolvia, positiva e negativamente, a partir de um processo lógico composto por teses, antíteses e sínteses. Para o intelectual alemão, dentro dessa perspectiva, apenas a ideia teria "vida substantiva própria", enquanto que os seres humanos seriam reduzidos a simples sombras ou esquemas, em que a ideia infundiria vida, algo que para o historiador seria altamente indigno de Deus (1986, p. 60). Por esse motivo, Ranke estabelece o que para ele seriam essas ideias orientadoras da história: as tendências dominantes em cada século, não podendo ser reduzidas a um único conceito (progresso) (RANKE, 1986, p. 60). E resume:

La misión del historiador consiste en ir desentrañando las grandes tendencias de los siglos y en desenrollar la gran historia de la humanidad, que no es sino

el complejo de estas diversas tendencias. Desde el punto de vista de la idea divina, sólo acertamos a representarnos esto de un modo: concibiendo la humanidad como un tesoro infinito de evoluciones recónditas que, poco a poco, van saliendo a la luz, con arreglo a leyes desconocidas para nosotros, misteriosas y mucho más grandes de lo que generalmente se piensa (RANKE, 1986, p. 60).

Por fim, Leopold von Ranke torna a destacar que o conceito de progresso não se aplica a todas as coisas. Ao cruzamento de épocas, o historiador afirma que não se pode empregar o conceito de progresso porque não é aceitável dizer que um século serviu, do ponto de vista histórico, apenas para preparar outro. Tampouco, para o intelectual, se poderia admitir o conceito de progresso nas criações de gênio na arte e poesia, ciência e todas as atividades que, na sua concepção, possuiriam relação direta com o divino, porquanto "os verdadeiros frutos de criação são independentes da relação entre o antes e o depois" (RANKE, 1986, p. 61). Da mesma forma, não poderia haver progresso na existência individual moral ou religiosa, sobretudo porque o cristianismo possibilitou o surgimento da verdadeira moral e da verdadeira religião, não havendo espaço para progresso neste campo. Em contrapartida, para Ranke, o progresso deveria ser admitido em tudo o que tem relação com o conhecimento e domínio da natureza, isto é, nas relações de ordem material e no desenvolvimento e aplicação das ciências exatas. Já no que concerne à expansão das ideias morais e religiosas, assim como todas as ideias da humanidade, elas estariam sujeitas a um progresso constante, embora estejam sujeitas à paradas ou interrupções. Entretanto, com relação às ciências do espírito, sobretudo filosofia e política, e ao qual Ranke também considera a historiografia, o historiador questiona se poderia realmente se observar a existência de progressos, uma vez que o único aspecto em que os tempos posteriores são superiores aos anteriores é que eles têm uma maior coleção de experiências (RANKE, 1986, p. 63).

As considerações do historiador acerca do conceito de progresso geral e na história, assim como as suas observações sobre o seu conceito de História Universal, nos ajudam a responder o que propomos discutir neste tópico: quais as implicações teórico-metodológicas da preferência semântica de Ranke na formulação do seu conceito de história. Como já mencionamos, tomamos como base a História dos Conceitos, que pressupõe uma teoria da história baseada em recursos hermenêuticos que, ao estabelecer a relação entre história e linguagem ao atentar para a historicidade dos conceitos, promove a compreensão de que os significados desses conceitos, associados à determinadas épocas, auxiliaram na formulação e

no uso de ideias na história (BENTIVOGLIO, 2010, p. 115). Dessa forma, entendemos que a utilização alternada de Leopold von Ranke dos dois conceitos existentes no idioma alemão para designar a história, *Historie* e *Geschichte*, contribuiu para a própria constituição do seu conceito de história universal, o conceito de progresso na história e o trabalho do historiador. Não acreditamos que a utilização de ambos os termos foi despropositada ou inconsequente, mas que por ter consciência dos significados inerentes a cada um dos conceitos, Leopold von Ranke revelou, através da sua utilização, a sua própria interpretação histórica. Nesse sentido, Ranke corrobora a asserção de Koselleck de que, após a segunda metade do século XVIII, a tendência da substituição da *Historie* pela *Geschichte* no espaço da língua alemã já estaria completa (MATA, 2015, p. 196), mesmo que o historiador não tenha abandonado completamente a utilização do primeiro conceito em determinados momentos, sobretudo porque questionava o conceito de progresso atrelado à *Geschichte*. Além disso, embora à primeira vista, o afincamento do historiador sobre a história política, associado à continuação da utilização do termo *Historie*, pareça significar que Ranke ainda estaria muito afeiçoado à história exemplar, isso não é verdade, como ele mesmo afirma na introdução do seu primeiro livro, *Geschichten der romanischen und germanischen Völker*:

Se ha dicho que la historia tiene por misión enjuiciar el pasado e instruir al presente en beneficio del futuro. Misión ambiciosa, en verdad, que este ensayo nuestro no se arroga. Nuestra pretensión, es más modesta: tratamos, simplemente, de exponer cómo ocurrieron, en realidad, las cosas (RANKE, 1986, p. 38)

Em contrapartida, a utilização maior do moderno conceito de história também parece nos revelar um Ranke afeito à compreensão de totalidade da *Geschichte*, como já dissemos, compreensão esta que ele delimitou como a última de suas exigências para a prática histórica. Portanto, a partir dessas reflexões, entendemos que a escolha semântica de Ranke em utilizar os dois termos do idioma alemão para designar a história não revela apenas a sua interpretação histórica, como contribuiu para a própria constituição das suas ideias na história.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a escolha semântica do historiador alemão Leopold von Ranke pelo conceito de história. A relevância do tema se expressa no fato de que as proposições de Leopold von Ranke sobre o conhecimento histórico, sobretudo a formulação do seu método crítico de pesquisa baseado em fontes documentais e suas concepções sobre ciência e história, contribuíram para a constituição da própria história como área do conhecimento (ARAÚJO, 2013, p. 85), proposições essas que acreditamos estarem diretamente relacionadas à sua escolha semântica.

Partindo, então, da premissa da história dos conceitos que estabelece que a escolha semântica pelo conceito de história nunca é desproposital, mas revela toda uma experiência e interpretação históricas, propusemo-nos a analisar as menções aos termos utilizados para designar a história nas principais obras de Leopold von Ranke, assim como relacionar os usos da *Historie* e da *Geschichte* à própria percepção histórica do intelectual. Dessa forma, buscamos compreender como o historiador alemão se posicionou no que pese à tendência da substituição da *Historie* pela *Geschichte* no espaço da língua alemã em meados dos séculos XVIII e XIX, e quais as implicações teórico-metodológicas da preferência semântica de Ranke na formulação do seu conceito de história.

No primeiro capítulo deste trabalho, intitulado 'A compreensão do conceito de história', sintetizamos a trajetória do conceito de história da Antiguidade à Modernidade, delineando a sua transformação no decorrer do tempo e descrevendo como se deu o processo de mudança semântica do conceito do espaço da língua alemã. Nesse sentido, esboçamos a hipótese do *Sattelzeit* de Reinhart Koselleck de que, a partir do século XVIII, os países de língua alemã sofreram profundas mudanças em seus principais conceitos políticos, o que significou a dissolução da antiga ordem social alemã e instaurou um novo espaço de experiência a partir do advento da modernidade, trazendo consigo uma nova interpretação sobre o conceito de história que resultou de dois processos de longa duração: a fusão de dois termos pré-existentes na língua que eram utilizados para designar a história (*Historie* e *Geschichte*) e a configuração de um conceito já existente em coletivo singular (KOSELLECK, 2013, p. 119).

No segundo capítulo, de nome '*Historie e Geschichte: a utilização dos termos por Leopold von Ranke e a formulação do seu conceito de história*', apresentamos o número de ocorrências dos dois termos utilizados no idioma alemão para descrever a história, *Historie* e *Geschichte*, assim como das suas formas plurais, *Historien* e *Geschichten*, em obras selecionadas de Ranke, desde a publicação do seu primeiro livro, em 1824, até a publicação da sua penúltima obra, em 1879, com o intuito de analisar se houve, ou não, preferência de Ranke por algum desses termos para designar a história.

Já no terceiro e último capítulo do trabalho, intitulado '*A centralidade dos conceitos de História universal e Progresso para o entendimento do conceito de história de Leopold von Ranke*', discutimos como a escolha semântica do historiador não foi desproposita, mas que possui correlação direta com a formulação do seu conceito de história universal e sua crítica ao progresso. Além disso, ressaltamos brevemente a importância do elemento divino na constituição do pensamento histórico de Ranke, porquanto o historiador se orientava pela crença no significado religioso da história humana.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, defrontamo-nos com algumas limitações que nos levaram a adaptar a nossa metodologia ao objetivo do trabalho. Ao selecionarmos os livros escritos e publicados por Leopold von Ranke ainda em vida, e que estavam disponíveis para consulta no idioma original em repositórios digitais, observamos que a digitalização da *Weltgeschichte* não permitia a utilização de comandos de buscas por palavras por conta da utilização da fonte Fraktur, impossibilitando a contagem exata dos termos usados pelo intelectual para designar a história. Assim, se inicialmente tínhamos a pretensão de indicar, com exatidão, o número de menções aos termos *Historie* e *Geschichte* em todas as principais obras de Leopold von Ranke, após a descoberta deste empecilho, nosso objetivo passou a ser a investigação de uma possível tendência nas obras publicadas pelo historiador entre 1824 (ano de publicação do seu primeiro livro) e 1879 (ano de publicação do seu penúltimo livro), que denotasse uma preferência de Ranke por determinado conceito para designar a história.

A partir da contabilização dos termos utilizados no idioma alemão para designar a história, *Historie* e *Geschichte*, assim como das suas formas plurais (*Historien* e *Geschichten*), nas vinte e quatro (24) obras selecionadas do historiador alemão, junto à análise de fragmentos de alguns textos em que este aborda sua perspectiva histórico-universal, podemos inferir algumas considerações a respeito da escolha semântica de Leopold von

Ranke. Em nossa perspectiva, o número total de menções ao moderno conceito de história (*Geschichte*) pelo menos sete vezes maior que ao antigo conceito (*Historie*), num primeiro momento, descarta a possibilidade de que Leopold von Ranke preterira a nova constituição da *Geschichte*, dando preferência ao conceito que o idioma alemão utilizava, até meados da primeira metade do século XVIII, para descrever os relatos de acontecimentos individuais e a capacidade exemplar e moral das experiências históricas, isto é, a *Historie*. Ao contrário disso, acreditamos que o elevado número de menções ao moderno conceito de história revela que, embora Ranke pudesse ter algumas discordâncias com relação à reconfiguração do significado do termo, o historiador compreendia a *Geschichte* como um conceito muito mais abrangente, que descrevia tanto a situação objetiva, quanto a sua representação e a ciência a seu respeito, além de utilizar o conceito para abordar a existência de um nexo causal entre os acontecimentos históricos, característico da sua perspectiva histórico-universal. Além disso, embora as ocorrências da *Geschichte* tenham sido mais numerosas, o rompimento do moderno conceito de história com o elemento divino e sua noção de progresso podem ter levado Ranke à insistir na utilização da *Historie* em determinados contextos, especialmente para se referir à disciplina e ao seu objeto em narrativas menores, à épocas em que a história possuía um caráter exemplar e à capacidade de recriação da história. Posto isto e tomando como base a História dos Conceitos, entendemos que a escolha semântica de Leopold von Ranke pelos dois conceitos existentes no idioma alemão para designar a história, *Historie* e *Geschichte*, não apenas revela a sua interpretação histórica, como contribuiu para a própria formulação da sua perspectiva histórico-universal.

Por fim, acreditamos que, ainda que a exposição das ocorrências dos termos *Historie* e *Geschichte* nas obras selecionadas de Leopold von Ranke, associada à algumas de suas asserções sobre o conhecimento histórico e a ideia de progresso na história, seja suficiente para afirmar que Ranke corrobora a hipótese de Reinhart Koselleck de que após 1750 a tendência da substituição da *Historie* pela *Geschichte* no espaço da língua alemã já estaria completa, assim como para rejeitar a ideia de que o historiador alemão tenha adotado o moderno conceito de história de maneira relutante, ela não traz à tona uma compreensão fechada da sua perspectiva histórica. Podemos dizer apenas que a pesquisa revela uma tendência e indica um caminho para a real compreensão do conceito de história de Leopold von Ranke. Nesse sentido, em uma futura pesquisa que dê continuidade ao presente trabalho, acreditamos ser necessária a inclusão da *Weltgeschichte* na investigação, assim como a

realização de uma análise pormenorizada dos trechos em que o historiador menciona os termos *Historie* e *Geschichte* nessas obras, para, somente então, podermos aferir uma conclusão a respeito da escolha semântica de Leopold von Ranke pelo conceito de história e das implicações resultantes dessa escolha na construção da sua perspectiva histórico-universal.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al (org.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 21-39.
- ARAÚJO, André de Melo. Leopold von Ranke (1795-1886). In: PARADA, Maurício (Org.). *Os historiadores: clássicos da história*, vol. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2013. p. 73-94.
- AROSTÉGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica*. Teoria e Método. Bauru, EDUSC, 2006.
- ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. Prefácio: O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 9-34.
- BARROS, José D'assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. *Diálogos*, Maringá, v. 17, n. 3, p. 977-1005, set.-dez. 2013.
- BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, v. 24, p.114-134, 2010.
- BENTIVOGLIO, Julio. A *Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã do século XIX. *História da Historiografia*, n. 6, p. 81-101, 2011.
- BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, n. 3, p. 20-58, jun. 2010.
- CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues; BENTIVOGLIO, Júlio César. *A religião da História: as raízes teológicas da moderna ciência histórica alemã em Humboldt, Ranke e Droysen*. Serra: Editora Milfontes, 2018, 100 p.
- GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W.. *Léxico do Novo Testamento Grego/Português*. 2. ed. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1993. 227 p.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 4. ed. [S. L.]: Zahar, 1990. 319 p.
- KESSEL, Eberhard. Rankes Idee der Universalhistorie. *Historische Zeitschrift*, v. 178, 1954, p. 269-308.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-rio, 2006. 368 p.

KOSELLECK, Reinhart; RICHTER, Michaela. Basic Concepts in History: A Historical Dictionary of Political and Social Language in Germany. *Contributions To The History Of Concepts*, [s.l.], v. 6, n. 1, p.1-37, 1 jan. 2011. Berghahn Books. <http://dx.doi.org/10.3167/choc.2011.060102>.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O conceito de História*. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 230 p.

MATA, Sérgio da. Leopold von Ranke (1795-1886). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 187-201.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. 2009. 218 f. Tese (Doutorado) – Curso de História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PALTI, Elias. Introducción. In: KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Introducción de Elias Palti. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001, p. 9-33.

RANKE, Leopold von. *Aus Werk und Nachlass*. WP Fuchs (ed.). Oldenbourg Verlag, v.4, 1965.

RANKE, Leopold von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker: von 1494 bis 1514*. Leipzig/Berlin: Reimer, 1824.

RANKE, Leopold von. *Idee der Universalhistorie*. In.: KESSEL, Eberhard. Rankes Idee der Universalhistorie. *Historische Zeitschrift*, v. 178, 1954, p. 269-308.

RANKE, Leopold von. *O conceito de história universal*. In.: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A História pensada: teoria e método da historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 202-215.

RANKE, Leopold von. *Pueblos y Estados en la Historia Moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

RANKE, Leopold von. *The Theory and Practice of History*: Edited with an introduction by Georg G. Iggers. London and New York: Routledge, 2011.

RANKE, Leopold von. *The young Ranke's vision of history and god: excerpts from a letter to his brother Heinrich from Frankfurt/Oder, end of March 1820*. In.: RANKE, Leopold von. *The Theory and Practice of History*: Edited with an introduction by Georg G. Iggers. London and New York: Routledge, 2011, p. 4.